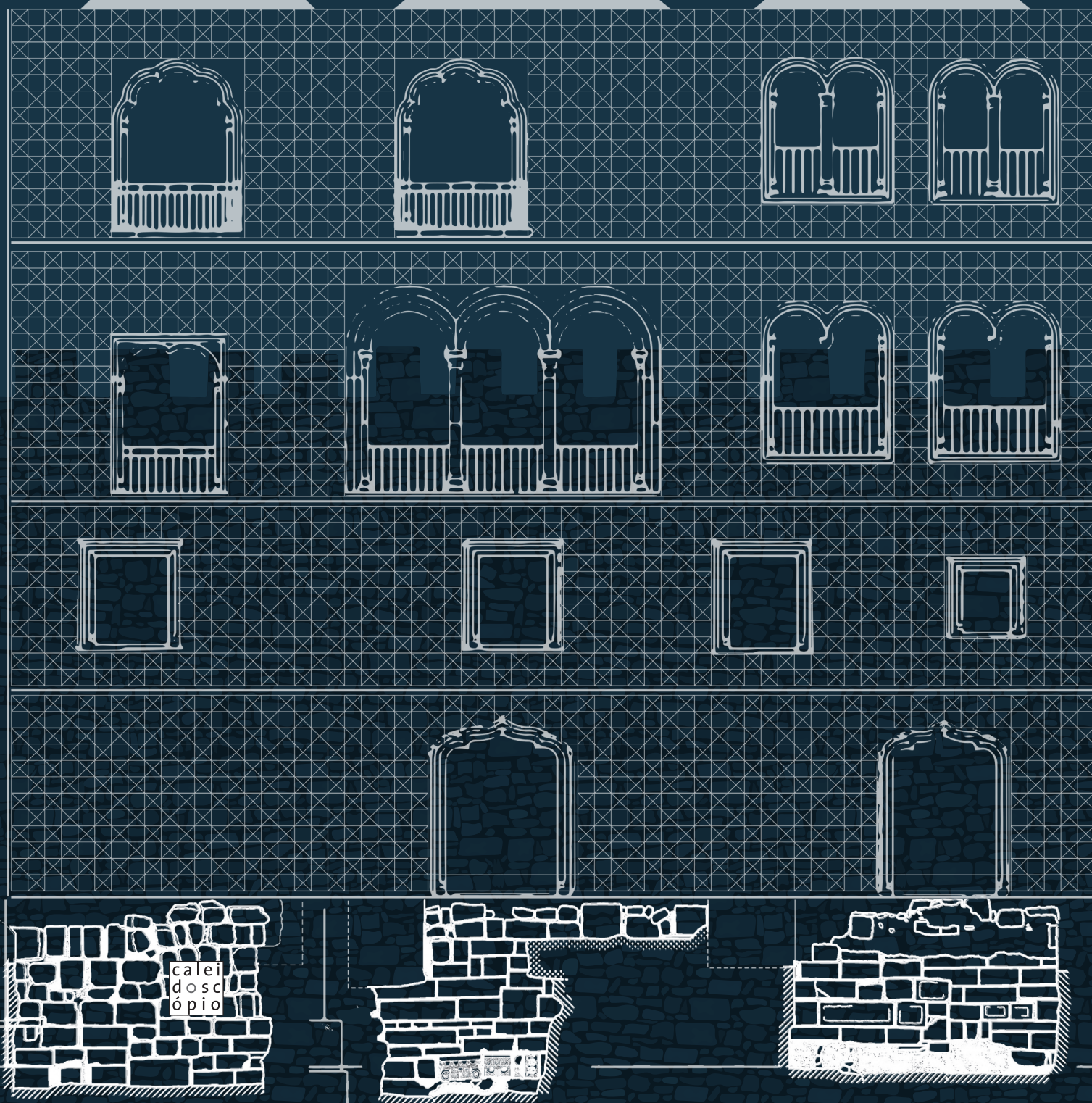


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

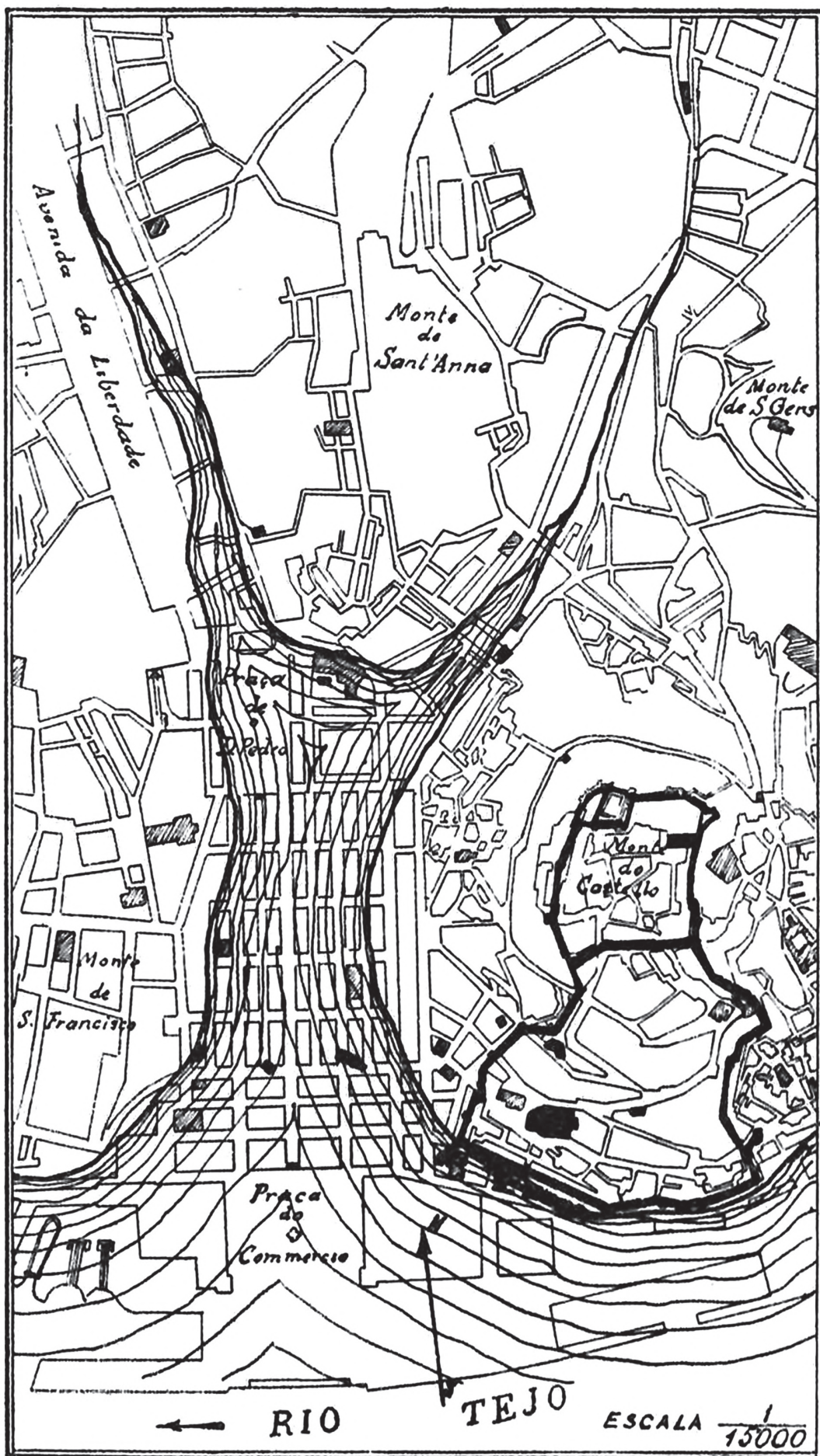
A Morfologia Urbana

CARLOS FABIÃO
Coordenação Científica



Sumário

7	Apresentação	92	O abastecimento da água em <i>Olisipo</i>: dúvidas e certezas
8	Nota Introdutória		JESÚS ACERO PÉREZ
10	Introdução	102	A gestão dos resíduos na Lisboa Romana
	CARLOS FABIÃO		JESÚS ACERO PÉREZ
14	<i>Felicitas Iulia Olisipo</i>, mais do que uma cidade entre o Mediterrâneo e o Atlântico	116	Referências
	CARLOS FABIÃO	126	Lista de Autores
28	A estrutura urbana da cidade portuária		
	NUNO MOTA; PEDRO VASCO MARTINS		
46	As muralhas de <i>Felicitas Iulia Olisipo</i>		
	VICTOR FILIPE; MANUELA LEITÃO; VASCO LEITÃO; NUNO NETO; PAULO REBELO; RICARDO RIBEIRO		
72	Criptopórtico: arqueologia e arquitetura de um equipamento portuário		
	ANA CAESSA; NUNO MOTA; PEDRO VASCO MARTINS		



A estrutura urbana da cidade portuária

NUNO MOTA,
PEDRO VASCO MARTINS

Recuperar a cidade romana de Lisboa não se afigura tarefa simples nem consensual. Muita desta dificuldade reside na escassez de informação útil que permita perceber o conjunto urbano nas suas diversas componentes. Embora o atual volume de intervenções arqueológicas no centro histórico, alavancado pela dinâmica de reabilitação urbana, seja elevado, os vestígios estruturais conhecidos continuam a não contemplar equipamentos essenciais para a sua compreensão, como é o caso do fórum, ou insuficientemente identificados para o estabelecimento dos seus limites, como é o caso das muralhas. A estas componentes em falta, juntam-se as vias urbanas e outros circuitos estruturados, como os das águas ou saneamento, os quais ajudam a definir alinhamentos relacionáveis com a implantação dos diversos equipamentos, sejam eles públicos ou privados, da fonte monumental ao quarteirão habitacional. Também as necrópoles, um dos mais abundantes tipos de vestígios exumados nas intervenções arqueológicas lisboetas, que por norma se situam fora do perímetro urbano e permitem aferir limites plausíveis para a cidade, são parcialmente conhecidas na sua extensão, criando dúvidas sobre os limites que permitiriam identificar.

Quando se adiciona a incontornável dimensão cronológica à escassa informação útil esta diminui drasticamente passando a distribuir-se por três fases formais distintas que abrangem sete séculos de história urbana sequencial

e mutável (cidade Republicana, Imperial e Tardia), não sendo, em boa parte dos casos, clara a sua integração, normalmente devido a limitações dos trabalhos de arqueologia no terreno. Estas limitações, intrinsecamente associadas à arqueologia preventiva e empresarial (por vezes denominada de reativa ou de acompanhamento), dependente das cotas de afetação definidas nos projetos de reabilitação, têm inviabilizado, salvo raras exceções, uma recolha de dados mais exaustiva e, consequentemente, debilitado a investigação arqueológica em pontos-chave para o conhecimento da cidade antiga. Noutra ordem de ideias, e pese embora o aumento da quantidade de intervenções arqueológicas desenvolvidas pelos múltiplos intervenientes, sobretudo privados, as tentativas de sintetização da informação existente esbarram na legítima propriedade científica inerente aos trabalhos no terreno, tornando-se assim indisponível aos demais investigadores e, consequentemente, tornando também as sínteses publicadas incompletas ou desatualizadas.

Por outro lado, a realização de uma interpretação do urbanismo da cidade romana a partir da sua morfologia contemporânea, considerando que a constante sobreposição de novas estruturas, intrínseca à construção do objeto urbano tende a preservar parcialmente as estruturas antigas permitindo o seu estudo, é também no caso de Lisboa particularmente difícil. A dificuldade deste tipo

FIG. 1

Planta com os vestígios romanos conhecidos no Século XIX (publicada em Castilho, 1884, p. 265).

de análise resulta de vários fatores, de entre os quais podemos destacar a antiguidade do aglomerado populacional com a sobreposição de inúmeros momentos construtivos, a sua permanente importância no contexto regional geradora de constantes dinâmicas profundamente transformadoras da sua forma e, finalmente, a existência de um evento de quase total reformulação urbana através da reconstrução pombalina pós sismo de 1755, que terá apagado importantes evidências das “Lisboas” antigas.

Se por um lado, após a destruição da cidade joanina, se identificaram pela primeira vez importantes equipamentos da cidade romana como o teatro ou as termas dos Cássios, por outro, os desaterros realizados para a implantação do novo plano urbanístico pombalino, com as inerentes alterações topográficas, erradicaram um enorme e irrecuperável volume de informação quer de natureza arqueológica, quer sobre a morfologia urbana da cidade pré-pombalina e medieval, herdeiras por continuidade da cidade romana.

Não obstante os aspetos lacunares que pautam em grande medida a análise dos dados provenientes da arqueologia, fragmentada pela natureza da abordagem no terreno, e da morfologia urbana, numa cidade milenar historicamente sujeita a profundas transformações urbanísticas, importa proceder à interpretação possível e plausível reunindo as peças do “puzzle” disponíveis e relevantes para o efeito.

A perceção da fisionomia da cidade antiga

O enquadramento geográfico e as características físicas do espaço em que uma cidade se instala condicionam em menor ou maior grau a sua configuração. No caso de Lisboa, a colina do castelo está na génese da ocupação urbana que se viria a estender pelas suas faldas e, mais tarde, pelos vales e colinas circundantes. Esta

topografia, do tipo “acrópole”, é caracterizada por uma elevação com plataforma no topo, envolvida por linhas de água e zonas escarpadas em todas as vertentes, desenvolvendo-se para Sul de forma menos acentuada, com terraços naturais, e delimitada pela margem do rio. A geomorfologia da colina, com camadas alternadas de calcário, argila e areias inclinadas na direção do rio, forma um aquífero de infiltração que é carregado na escarpa a Norte e percorre o seu interior. Tradicionalmente aproveitadas para condução e abastecimento em diversos pontos da encosta, é interceptada no sopé pela falha geológica das Alcaçarias, onde brotam as águas quentes que atribuíram em Época Medieval o respetivo topónimo ao bairro de Alfama.

Seria esta a área propícia para a instalação de um povoado na Idade do Ferro, que ocuparia em fase pré-romana a colina e as praias flúvio-estuarinas da frente de rio e da margem do “esteiro de Baixa”, marcando o início da instalação urbana (Arruda, 2015, p. 288). *Olisipo* teria sido, aliás, em termos de área ocupada, o maior povoado orientalizante do atual território português (Arruda, 2002, p. 129). É facilmente constatável a importância estratégica do local quer pelas suas condições defensivas naturais, o domínio visual que detém sobre o território envolvente e sobre a principal via de circulação, o rio Tejo, com o seu estuário, um verdadeiro mar interior ligado ao Oceano por um canal alargado na desembocadura. Esta situação geográfica, um porto natural de eleição na difícil navegação da fachada atlântica e uma entrada para o interior do território através do mais extenso rio da Península Ibérica, estiveram certamente na base da escolha do local para a instalação de *Olisipo*, um *oppidum* com evidentes vantagens defensivas e virado para o rio e para o mar, vocacionado para a atividade comercial, atestada nas precoces relações com o Mediterrâneo Oriental.

Ao longo do tempo a cidade foi perspectivada por diversos autores com base nas

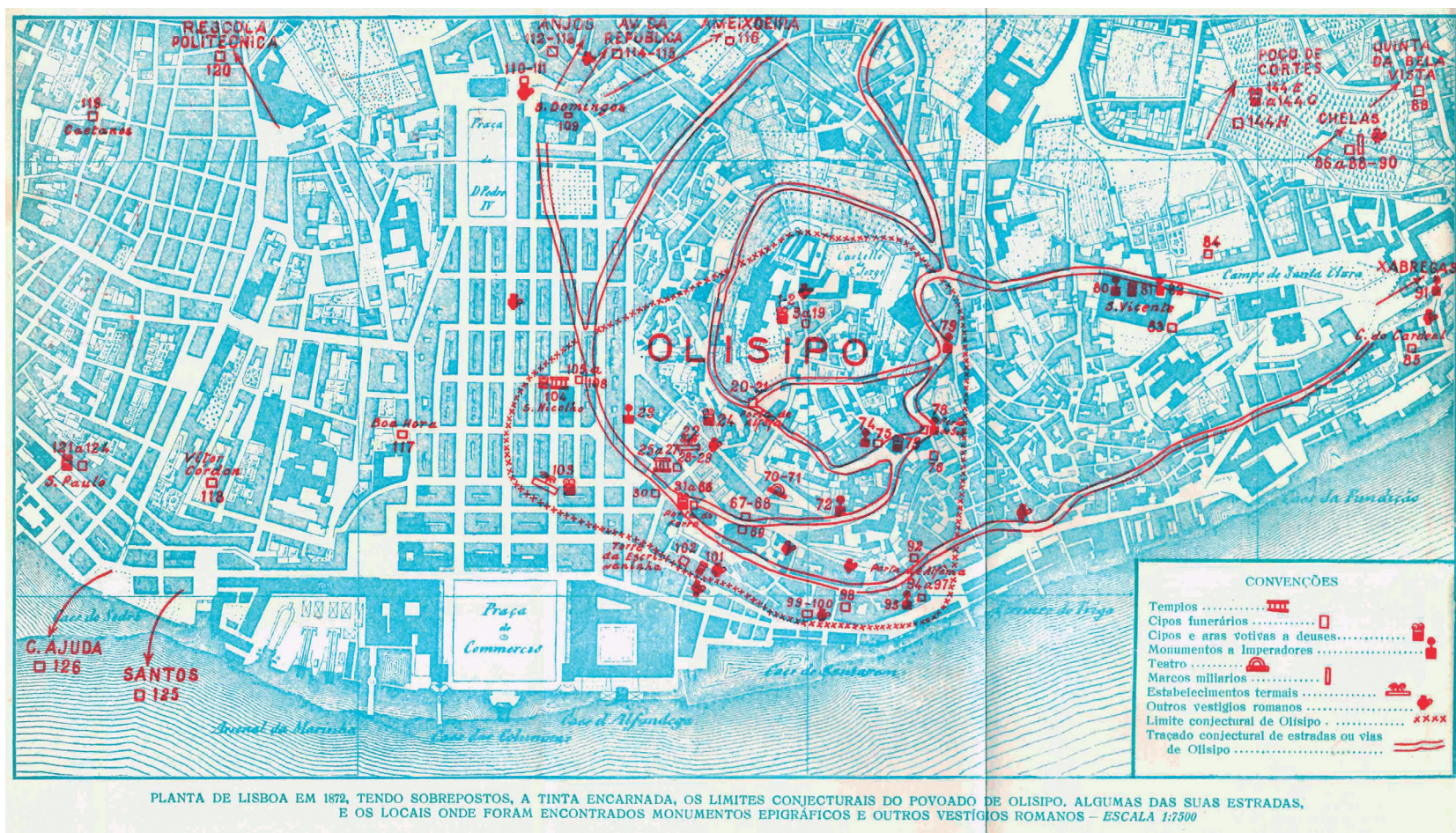


FIG. 2

Planta com os locais dos achados epigráficos, principais vias antigas e perímetro hipotético da cidade romana (publicada em Vieira da Silva, 1944, Anexo).

evidências que tinham à sua disposição. Nos séculos XVI, XVII e XVIII estudiosos, como Francisco de Holanda, D. Rodrigo da Cunha, Luís Marinho de Azevedo, D. Tomás Caetano de Bem ou Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, entre outros, dedicaram-se à identificação, recolha e registo de antiguidades romanas numa ótica mais relacionada com o revivalismo da arte e arquitetura clássica. A partir do século XIX, os estudos tenderam a emprender o mapeamento desses vestígios conhecidos e a estruturar o espaço de forma a obter uma imagem urbana. Este novo ciclo foi inaugurado por Júlio de Castilho, o pai da Olisipografia, que coligiu os poucos dados disponíveis pela primeira vez, em 1884, no Tomo I da sua obra enciclopédica *Lisboa Antiga* (Castilho, 1935², p. 265) (FIG. 1).

Augusto Vieira da Silva, engenheiro militar de formação e ávido olisipógrafo conhecedor da cidade antiga, dedicou-se à produção das sínteses cartográficas possíveis à época. Em 1939, publicou uma planta baseada na de Júlio de Castilho (Silva, 1987³) e, em 1944, no âmbito do estudo dedicado à epigrafia, uma outra planta onde apresentou a sua visão da cidade romana com os seus limites e traçados urbanos conjecturais definidos a partir das ruas estruturantes da cidade medieval (Silva, 1944), intuindo precocemente a proximidade formal que as mesmas teriam, numa lógica de continuidade por oposição à rutura criada pelo urbanismo pombalino (FIG. 2).

Foi também a partir desta planta que surgiu no Museu da Cidade de Lisboa uma proposta de carácter expositivo (Moita e Leite, 1986, p.

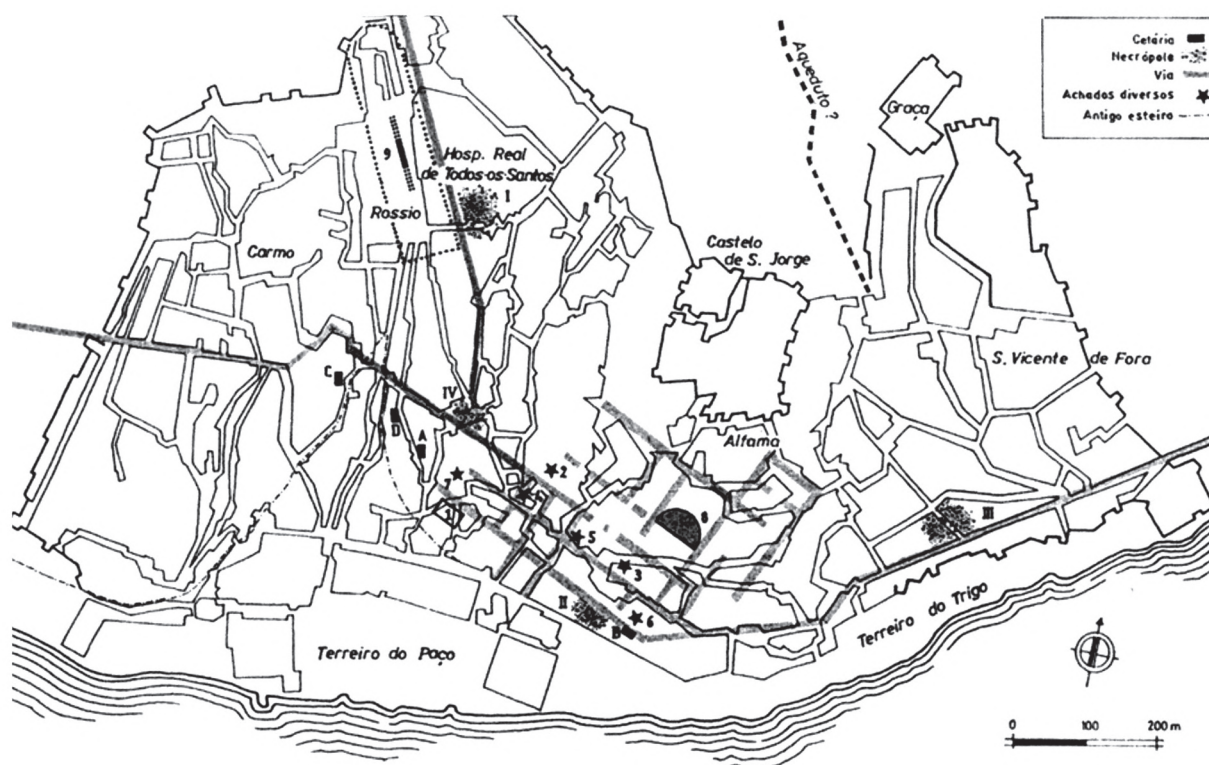


FIG. 3

Planta com os vestígios arqueológicos de Época Romana e indícios de centurição urbana (publicada em Mantas, 1990, p. 166, Fig. 2).

56), acrescentando mais elementos entretanto identificados e considerados relevantes, que permitia enquadrar o grande público com as peças expostas nas salas do Palácio Pimenta.

Em obra consagrada às cidades marítimas da Lusitânia, surge esboçada a primeira tentativa de interpretação do urbanismo com recurso a elementos arqueológicos aparentemente seguros, fotointerpretação e plantas antigas, procurando os indícios da centurição urbana, ou seja, da malha ortogonal que estaria na base da instalação dos diversos componentes da cidade (Mantas, 1990, p. 166). Esta foi a abordagem que, até então, procuraria a imagem urbana, embora parcial, do que seria a cidade romana (FIG. 3).

A planta serviria como base para a implantação das estruturas arqueológicas descobertas entre 1990 e 1995, nomeadamente do fragmento de urbanismo patente no claustro da Sé, do circo (hipódromo monumental com outras componentes lúdicas) e dos vestígios

de unidades de produção de preparados piscícolas (instalações fabris providas de tanques — cetárias — para o processamento de salgas e molhos de peixe, distribuídas ao redor de um pátio central) na Baixa Pombalina, sobretudo os resultantes da intervenção na Rua Augusta (futuro Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros — NARC) e na Casa dos Bicos (Amaro, 1995, p. 338).

Logicamente, a perceção da cidade foi aumentando consoante o acumular da informação arqueológica no terreno. Em 1997, surge uma síntese de natureza quantitativa que, para além de fazer a discussão com os predecessores, pretendeu destrinçar as fases marcantes dos projetos urbanísticos da cidade romana, procurando as inevitáveis transformações urbanas que teriam acompanhado eventos como as reformas jurídico-administrativas e outras dinâmicas funcionais, com base nos dados contextuais disponíveis e na orientação das estruturas conhecidas (Silva, 1997,

p. 63). Apoiado em dados publicados e inéditos, surgiu, em 2012, uma abrangente visão de síntese dos vestígios até então identificados em Lisboa e a análise urbana da cidade romana, na qual se conciliam os dados arqueológicos com uma proposta de parcelamento mais desenvolvida (Silva, 2012, p. 198).

Com o advento das novas tecnologias, novas abordagens surgiram. Uma maquete virtual da cidade romana de Lisboa (Figueiredo, 2014, p. 13) fez a sua entrada na sétima arte através do documentário “Fundeadouro Romano em *Olisipo*” produzido e realizado por Raul Lousada, em 2016.

Os vestígios arqueológicos, as interpretações e as supostas localizações

Nos últimos anos aumentou exponencialmente a descoberta de estruturas romanas. Este processo gerou uma elevada quantidade de informação de complexa gestão e análise, atrasando a sua divulgação em tempo útil e, consequentemente, a sua disponibilização ao público e à comunidade científica. Se a dificuldade de obtenção no terreno de cronologias finas para as estruturas exumadas, cria um sério obstáculo à definição de sequências na evolução urbana, também, por outro lado, o desconhecimento da localização ou existência de certos edifícios e equipamentos públicos, incontornáveis para a compreensão da cidade romana, dificultam o processo de construção da imagem da cidade que é, afinal, um processo expectante e demorado. Por exemplo, como já foi referido, não se conhece o local onde estava o fórum, a praça principal e o centro político, administrativo e religioso da cidade, onde convergiam as ruas principais, o *cardo* e o *decumanus*. Sabendo-se deste equipamento, a visão urbana seria, manifestamente, mais clara. Outro equipamento importante para a definição da cidade e mal caracterizado

é a muralha, a qual estabelece, logicamente, o limite da cidade, mas acima de tudo o seu perímetro simbólico e que representava a fronteira sagrada da cidade, o *pomerium*.

A estrutura urbana da Época Romana Republicana, enquadrável entre os anos de 138 a.C. e 27 a.C., o início do Período Imperial, é mal conhecida porque há poucos elementos estruturais que a ilustrem. É certo que os romanos chegados em 138 a.C., liderados por Décimo Júnio Bruto, governador da então Província da Ulterior, impuseram um novo urbanismo. Este fenómeno, ocorrido durante o processo de conquista do território, é visível nos vestígios arqueológicos, nas estruturas edificadas pelo contingente itálico, fortemente relacionadas com o estabelecimento militar fortificado em áreas anteriormente pertencentes ao povoado indígena, sobretudo no terço superior da colina (Silva, 2014, p. 187; Pimenta *et al.*, 2014, p. 144; Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 315). Se um certo determinismo geográfico teria até então pautado a instalação humana, assistia-se a partir de agora à capacidade possibilista do novo ocupante com a introdução de um plano divergente e teoricamente padronizado. Daqui em diante o urbanismo e a arquitetura romana iriam tentar manipular o espaço e o ecossistema.

Inicialmente, o estabelecimento militar Romano Republicano, o acampamento fortificado instalado na plataforma superior da colina do castelo sobre o povoado indígena pré-existente, ocuparia a área de topo e é plausível pensar que se desenvolveria na direção do rio, delimitando-se na crista de afloramentos calcários da meia encosta Este e Sul, circuito onde séculos mais tarde se iria instalar a muralha tardia e medieval, a julgar pelas evidências de taludes e fossos defensivos romanos identificados na Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva – FRESS (Silva, 2014, p. 187), no Largo do Contador Mor e na Rua Norberto de Araújo (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 315). A Oeste é provável



FIG. 4

Aspeto hipotético do *oppidum* Romano Republicano de *Olisipo* e os vestígios referidos no texto:

1 – Beco do Forno do Castelo; 2 – Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva; 3 – Largo do Contador Mor; 4 – Rua Norberto de Araújo; 5 – Teatro Romano; 6 – claustro da Sé Catedral; 7 – Pátio da Senhora da Murça; 8 – Rua de São João da Praça; 9 – antigos Armazéns Sommer/ Eurostars Museum Hotel; 10 – NARC. Perímetro defensivo identificado - traço contínuo; Perímetro defensivo hipotético - traço descontinuo (© FormaUrbis LAB | CIAUD | FAUL | Pedro Vasco Martins 2019).

que se contivesse nas plataformas naturais dos Loios e da Verbena, ladeada pela atual Rua Bartolomeu de Gusmão. A plataforma natural com início a Norte no castelo e término a Sul na zona dos Loios, Rua de Santiago e Miradouro de Santa Luzia apresenta ainda hoje um urbanismo formalmente distinto da restante cidade, podendo este ser dividido em duas unidades morfológicas distintas separadas pelo Largo do Chão da Feira. Por um lado a área de encosta compreendida entre esse Largo e o Miradouro de Santa Luzia apresenta uma disposição aproximadamente radial, desenhando um leque de ruas que convergem em direção ao Largo do Chão da Feira. Por outro lado, o espaço correspondente à Alcáçova islâmica parece ter tido origem num urbanismo ortogonal, desenhando um grande quadrado com 140 m de lado, talvez uma persistência de estruturas urbanas Romanas Republicanas. O vestígio mais relevante desta

ocupação foi descoberto na Rua do Beco do Forno do Castelo, onde foi parcialmente escavado um compartimento de planta retangular que utilizava técnicas e materiais construtivos itálicos, sem que no entanto se conseguisse interpretar cabalmente a sua função no interior do estabelecimento militar (Pimenta *et al.*, 2014, p. 144). Ainda antes do final do século II a.C. as estruturas romanas nesta área, pelo menos na plataforma no topo da colina, teriam já sido desmanteladas e a área abandonada em prol da ocupação mais efetiva da encosta e margem do rio, a área portuária (Pimenta, 2014, p. 57).

Os contextos arqueológicos na meia encosta e parte baixa, datáveis de finais do século II a.C. e do século I a.C., atestam a nova estruturação urbana e a dinâmica comercial da cidade Romana Republicana de *Olisipo*. Vestígios estruturais dispersos, como os identificados nas escavações do teatro romano,

claustro da Sé Catedral, na Casa dos Bicos, no Pátio da Senhora de Murça e na Rua de São João da Praça (Pimenta, 2014, p. 55), ilustram este fenómeno. A área portuária implantada junto ao rio estaria já certamente provida de instalações de armazenagem associadas a atividades comerciais e industriais que terão provavelmente alavancado o desenvolvimento urbano (Pimenta, Calado e Leitão, 2005, p. 331). Um compartimento datado de Época Romana Republicana edificado junto à praia antiga, sobre as estruturas da Idade do Ferro, nos antigos Armazéns Sommer, atual Hotel Eurostars Museum, situado na Rua dos Cais de Santarém (Ribeiro, Neto e Rebelo, 2019, p. 161), poderá ajudar a consubstanciar esta imagem do urbanismo portuário. Esta dinâmica portuária é, porém, extrapolada sobretudo através de contextos com espólios arqueológicos relacionáveis com a importação de produtos com fins comerciais, mas também para o abastecimento institucional das legiões envolvidas na guerra civil romana da qual o território envolvente também foi palco (Pimenta, 2007, p. 230). O urbanismo antigo do espaço compreendido entre a meia-encosta e a margem do rio teria provavelmente uma natureza irregular e pouco consolidada tendo sido parcialmente apagado pela composição da cidade (FIG. 4).

A Oeste, no que seria ainda a área portuária, na margem esquerda do esteiro, hoje em parte ocupada pela Baixa Pombalina, concretamente no NARC, foi identificada parte de uma necrópole que terá funcionado sobretudo entre os finais do século I a.C. e os meados do século seguinte, sendo provável a utilização do espaço funerário desde os finais da República (Bugalhão *et al.*, 2013, p. 243). Considerando que os espaços funerários são exteriores à cidade, este vestígio restringe a área urbanisticamente ocupada nesta fase pré-imperial, extrapolando-se um limite que seria ainda mais retraído, tendo em conta o desenvolvimento da necrópole ao longo da via para

Norte, detetada na Praça da Figueira, aqui já com uma cronologia de instalação a partir de meados do século I (Silva, 2012, p. 120).

Após pouco mais de um século passado sobre o primeiro contacto com Roma, a atribuição, algures entre 31 e 27 a.C., do privilegiado estatuto administrativo de Município de Cidadãos Romanos à cidade romanizada, agora chamada de *Felicitas Iulia Olisipo* (Faria, 2001, p. 354) que mantinha assim o cognome indígena, levaria a uma renovação urbanística consubstanciada na instalação, ou pelo menos na projeção, de equipamentos como um fórum, teatro, anfiteatro, termas públicas, aqueduto, muralhas (Alarcão, 1994, p. 58) e até de um circo. De alguns destes equipamentos existem apenas poucos vestígios arqueológicos e de outros nem isso. No campo das ausências registam-se o fórum, o anfiteatro, o aqueduto e, no caso desta cidade à beira rio, as infraestruturas portuárias, em parte identificáveis nas funções acrescidas do criptopórtico da Rua da Prata (Mota e Martins, 2018, p. 97) e nos vestígios de armazéns (*horrea*) identificados no NARC (Bugalhão, 2001, p. 66) e na Rua da Madalena (Amaro, Manso e Sepúlveda, 2013, p. 755). Nos séculos I e II d.C., a fase de apogeu da cidade romana, a expansão urbanística terá tido a sua maior expressão e, com certeza, extravasado a mancha de ocupação Republicana. A sua importância económica, enquanto cidade produtora de preparados piscícolas e captadora dos outros produtos provenientes da área periurbana e do território do município (*ager*), das *villae* (residências rurais latifundiárias e agropecuárias), a par do seu posicionamento estratégico na foz do Tejo terão tornado *Olisipo* a segunda cidade mais importante da Província da Lusitânia, a seguir à capital *Augusta Emerita*, a atual Mérida. A colónia de *Augusta Emerita* estava voltada para o interior, para a via da Prata, o principal eixo terrestre de escoamento dos minérios de Norte para Sul na Península, enquanto *Olisipo*, graças ao seu porto, à sua situação

de *caput viarum*, às atividades económicas e estrutura social, seria uma autêntica capital litoral da Lusitânia (Mantas, 1997, p. 22).

A partir de Augusto, primeiro imperador de Roma entre 27 a.C. e 14 d.C., terá ocorrido o início do processo de municipalização de *Felicitas Iulia Olisipo*, e a planificação de uma *urbs* dotada de equipamentos de natureza religiosa, político-administrativa e lúdica. Uma vez que o sítio já tinha ocupação, e não obstante a manifesta capacidade para obliterar as pré-existências construídas, o sítio, pela sua topografia, dificilmente permitiria a implantação de uma malha urbanística perfeitamente ortogonal. A topografia e os vestígios conhecidos sugerem uma malha radial tendencialmente ortogonal ajustada à encosta Sul da colina do castelo, aproveitando certamente as plataformas naturais disponíveis e construindo outras para a instalação de equipamentos de maior volumetria arquitetónica e dimensão cénica. Nos vestígios arqueológicos identificados não se reconhece a maior parte dos principais edifícios que seriam componentes essenciais da cidade, como é o caso do fórum, que integraria a basílica, a cúria e o principal templo (dedicado à tríade capitolina e ao culto imperial), entre outros, que provavelmente ocupariam locais de destaque na geografia do sítio. Várias localizações hipotéticas lhe foram alvitradas: o criptopórtico da Rua da Prata, acumulando funções comerciais em área portuária (Ribeiro, 1994, p. 193); o Largo da Madalena, devido à descoberta, no século XVIII, de um possível pódio de templo e de inscrições epigráficas de natureza votiva e honorífica (Alarcão, 1994, p. 58); na plataforma do Largo dos Loios, acima do teatro romano, pela comparação com modelos urbanísticos idênticos (Hauschild, 1994, p. 66) ou pela lógica topográfica e apreciação de elementos construtivos mais antigos no atual edifício (Fabião, 2010, p. 353). Pese embora a ausência de vestígios que comprovem a sua instalação neste último local, afigura-se como

o mais plausível, dada a provável dimensão deste tipo de equipamento. Em relação a esta situação particular pode aplicar-se o raciocínio de que a ausência da prova, não é, pelo menos para já, a prova da ausência...

Não sendo este o lugar para esmiuçar todas as estruturas arqueológicas identificadas que compõem o conjunto de vestígios da cidade romana, interessa sobretudo vislumbrar as aparentes existências e ausências, de forma a analisar a estrutura urbana e as suas lógicas de implantação.

A muralha fundacional da cidade, embora tivesse provavelmente portas fortificadas no alinhamento das ruas principais, não seria uma estrutura defensiva. Com uma espessura que normalmente não ultrapassava um metro, cumpria uma função simbólica de delimitação do espaço urbano, contendo, teoricamente, na sua parte interna uma faixa de terreno não edificado com 9 m de largura, o *pomerium*. Desta muralha existem alguns troços arqueologicamente atestados na frente ribeirinha, nos antigos Armazéns Sommer, com uma cronologia de primeira metade do século I d.C (Gaspar e Gomes, 2007, p. 693).

Embora a mancha de ocupação com vestígios de estruturas Imperiais, suscetíveis de terem pertencido ao espaço interior da cidade, se estender, pelo menos desde a Rua Augusta, a Oeste, até à Rua da Regueira, a Este, e na Rua de Santiago, a Norte, na encosta, os respetivos limites muralhados não são conhecidos. De entre estes equipamentos salienta-se o teatro, as termas e balneários públicos e privados, vestígios de compartimentos pertencentes a habitações (sendo as mais significativas as que foram identificadas nos antigos Armazéns Sommer, na Rua do Cais de Santarém), lojas e troço de rua secundária com uma cloaca (concretamente o caso dos vestígios patentes no claustro da Sé Catedral), estruturas hidráulicas diversas, as unidades de produção de preparados piscícolas e armazéns (FIG. 5).

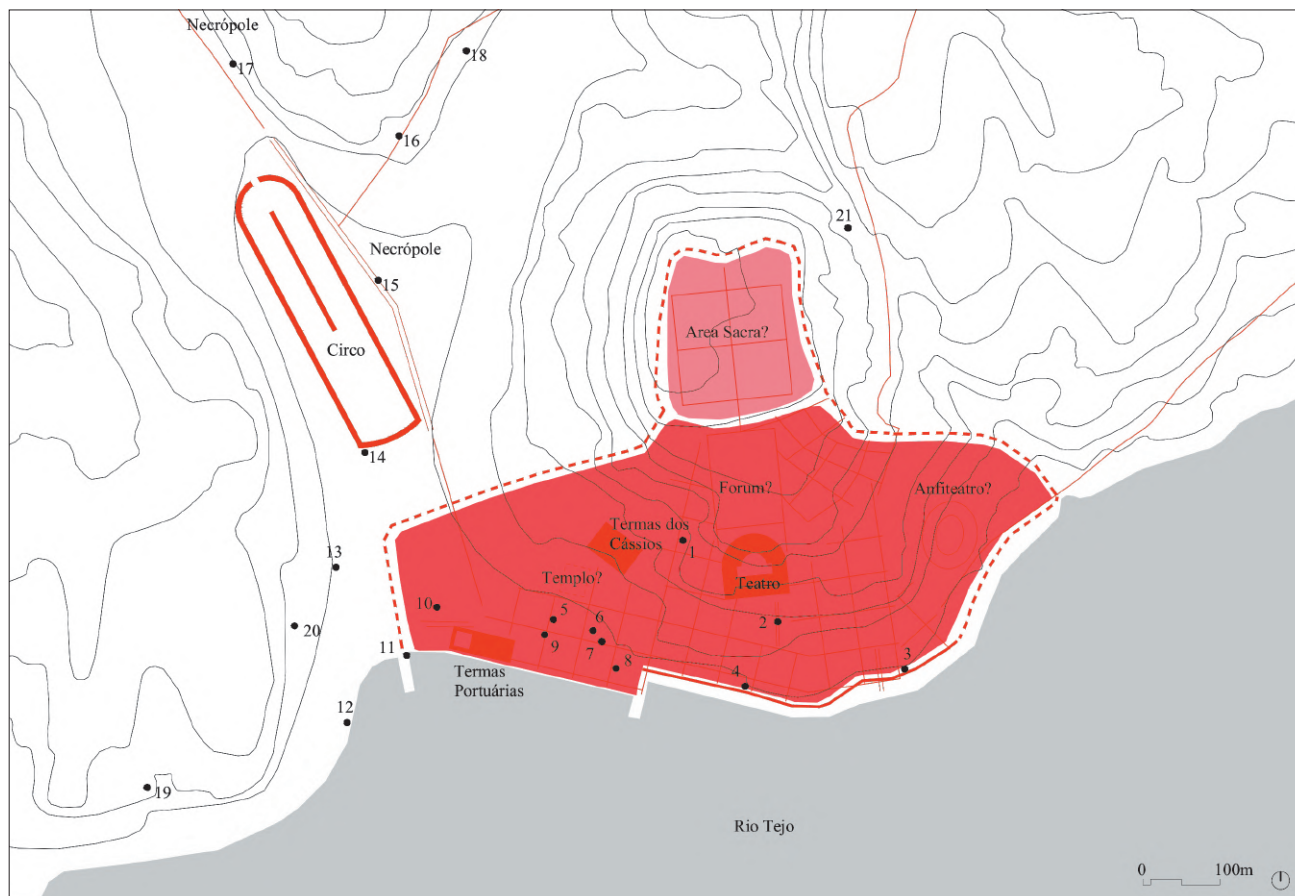


FIG. 5

Aspeto hipotético da *urbs* Imperial de *Felicitas Iulia Olisipo* e os vestígios referidos no texto: 1 – Rua de São Mamede; 2 – claustro da Sé Catedral; 3 – antigos Armazéns Sommer/ Eurostars Museum Hotel; 4 – Casa dos Bicos; 5 – Rua dos Fanqueiros, 63-76; 6 – Rua da Madalena, via pública; 7 – Rua da Madalena, 54-60; 8 – Rua dos Bacalhoeiros; 9 – Rua dos Fanqueiros, 51-57; 10 – NARC; 11 – Rua da Conceição; 12 – Banco de Portugal (sede); 13 – Rua Augusta; 14 – Rua de Santa Justa; 15 – Praça da Figueira; 16 – Calçada do Garcia; 17 – Rua das Portas de Santo Antão; 18 – Encosta de Santana; 19 – Rua Vitor Cordon; 20 – Largo da Boa Hora; 21 – Porta de Santo André. Perímetro defensivo identificado - traço contínuo; Perímetro defensivo hipotético - traço descontinuo (© FormaUrbis LAB | CIAUD | FAUL | Pedro Vasco Martins 2019).

Na definição dos limites da cidade, ganha um papel relevante o conhecimento existente sobre a localização das necrópoles, que se instalavam fora das muralhas e ao longo das vias de saída. Como já foi assinalado, no lado Oeste e Noroeste da colina do castelo, os vestígios de necrópole estudados no NARC indiciam uma fase inicial do desenvolvimento desta necrópole numa cronologia que pode ter início em período Tardo-Republicano mas com clara incidência contextual nos primeiros tempos do império, entre os principados de Augusto e Cláudio (24 a.C. a 54 d.C.). Na continuação para Norte desta necrópole, na Praça da Figueira,

os vestígios arqueológicos apontam para uma ocupação funerária que se inicia na segunda metade do século I d.C., concretamente a partir da década de 60 d.C., provavelmente durante o principado de Nero (Silva, 2012, p. 120). Desta necrópole foram encontrados outros vestígios já mais afastados, concretamente na atual Rua das Portas de Santo Antão (Cabaço *et al.*, 2017, p. 1248), na Calçada do Garcia (Silva, 2002, p. 196) e na Encosta de Sant'Ana (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 246).

O abandono da mais antiga necrópole identificada no NARC e o início das deposições funerárias na área da Praça da Figueira,

acrescidas da monumentalidade funerária aí registada a partir desse momento, preconizam um fenómeno de expansão urbana para Oeste e Norte através da instalação das unidades de produção de preparados piscícolas. No entanto, a relação deste fenómeno com os limites murados da cidade não é absolutamente claro.

No lado Este da colina os vestígios da necrópole mais próxima da cidade romana foram identificados, pela primeira vez, na segunda metade do século XVI, nas obras de construção do antigo Palácio Cova, abaixo do Campo de Santa Clara. Estes vestígios, descritos como pequenas abóbadas contendo dentro urnas de vidro e de chumbo cheias de carvões e cinzas (Azevedo, 1652, p. 233), sugerem edifícios funerários de tipo mausoléu ou columbários (monumento de forma variada, constituído por uma sucessão de nichos onde eram depositadas as urnas com as cinzas dos defuntos). Mais recentemente, nas obras do antigo Hospital da Marinha, em área contígua ao palácio, foi identificado o vestígio de um monumento funerário com estas características e datas de funcionamento, manifestamente integrável no mesmo espaço funerário (agradecemos a informação ao arqueólogo Vasco Vieira). Este fragmento de necrópole, que tal como a anterior se desenvolveria ao longo de uma via, encontra-se numa área aparentemente periférica, a uma distância considerável da área urbana pertencente ao interior da cidade, o que torna este limite urbano ainda mais difícil de estabelecer nesta fase dos conhecimentos.

Na apreciação dos limites da cidade, no que respeita à urbanização dos espaços, verifica-se que um dos fenómenos mais enigmáticos na análise da estrutura da cidade romana é a ausência de vestígios estruturais na plataforma superior da colina após os finais do século II a.C.. Embora tenham sido exumados em diversas escavações arqueológicas espólios integráveis no período Imperial e Tardio, o que indicia que o espaço

terá tido algum tipo de uso, eventualmente simbólico-religioso, do qual não se conhece de momento expressão significativa (Mota, Pimenta e Silva, 2014, p. 152).

Esta questão espacial parece relacionar-se diretamente com um fator da maior pertinência para a estruturação da cidade: o abastecimento de água. Para este fim, a engenharia hidráulica romana consideraria o aproveitamento dos melhores recursos hídricos do território e também os disponíveis no espaço urbano e envolvente mais próxima. As nascentes do grupo das Alcaçarias, em Alfama, e os aproveitamentos detetados, em pelo menos duas estruturas de captação de águas infiltradas de meia encosta na Rua Norberto de Araújo, atestam um de vários possíveis sistemas subsidiários para uso corrente em diversos equipamentos e no aprovisionamento em cisternas, fenómeno com longa perduração na Época Moderna e Contemporânea em toda a encosta da colina do castelo (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 328). Mas este sistema seria manifestamente insuficiente para colmatar as necessidades hidráulicas da cidade. Um possível indicador é a quantidade de equipamentos balneares já identificados que necessitariam de um caudal de água abundante, dificilmente atingível através deste sistema local. Por conseguinte, a cidade romana seria, provavelmente, abastecida de água por um aqueduto, o qual, a ter existido, teria a sua origem provável na barragem romana identificada em Belas. Desta estrutura hidráulica, integrada no território do município e conhecida desde o século XVI, embora com uma data de construção tardia especulada em torno do século III d.C. (Almeida, 1969, p. 179), partiria o aqueduto que, seguindo parcialmente o itinerário do aqueduto das Águas Livres, conforme foi registado pelos seus construtores no século XVIII (Moita, 1990, p. 10), terminaria na Porta de Santo André, na Costa do Castelo (Almeida, 1969, p. 181; Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1987, p. 123), hipótese recentemente testada, com êxito, através de um

modelo virtual (Mascarenhas, Bilou e Neves, 2012, p. 258). No entanto, não se detetaram até ao momento indícios desse ou de outro aqueduto no concelho de Lisboa, nem de uma torre de água na área da Porta de Santo André, nem tão pouco existe memória coletiva ou histórica de arcos elevados ou mães de água romanas.

Por coincidência ou não, a cota altimétrica de entrada do aqueduto nas portas de Santo André, uma autêntica portela de passagem natural de onde escorrem as águas para as vertentes antagónicas de Alfama e Mouraria, encontra-se acima de equipamentos importantes para a cidade: das Termas dos Cássios, as termas públicas construídas na plataforma natural da atual Rua das Pedras Negras, edificadas provavelmente no século I d.C. e reconstruídas em 336 d.C.; do teatro, construído no início do século I d.C. e renovado em 57 d.C.; de todas as estruturas e contextos romanos imperiais conhecidos na encosta do castelo. Se terá sido a água, o motivo da escassa ocupação não urbanizada da plataforma superior do castelo em Época Imperial, é a questão que permanece.

Os vestígios arqueológicos visitáveis no claustro da Sé Catedral ilustram o que seria o aspeto da ocupação urbana da encosta da colina, pontuada por edifícios privados e equipamentos públicos, delimitada na frente de rio pela muralha e por uma cintura de unidades de produção de preparados piscícolas instaladas linearmente entre a atual Casa dos Bicos e o criptopórtico das termas portuárias da Rua da Prata. Nesta parte baixa da cidade, o prolongamento da área ocupada pelas unidades fabris apresenta um alinhamento diferente, ligeiramente desviado para Noroeste. Enquanto o primeiro alinhamento, a frente portuária, parece ajustar-se ao que seria a margem do rio Tejo, o segundo, independentemente da existência ou não de planos urbanísticos distintos, uma vez que a cronologia de instalação é em ambos os casos de meados do século I d.C., terá tido outro fator determinante, talvez uma condicionante natural. E a mais provável

condicionante física nesta zona seria o braço de rio que entrava no vale, entre as colinas do castelo e de São Francisco/ Chiado: o denominado “esteiro da Baixa”, confluindo e alimentado nas zona da praça da Figueira/ Rossio, pelos caudais das linhas de água que desciam dos vales de Arroios e Valverde (sensivelmente o percurso definido pela atual Avenida Almirantes Reis e Avenida da Liberdade, respetivamente).

Há uma questão fundamental a colocar quando se pretende compreender a ocupação da atual Baixa em Época Romana: como é que o regime hídrico foi controlado de forma a possibilitar a instalação urbana com as suas diversas componentes? A água continuaria a ser um fator preponderante e incontornável na estruturação do espaço urbano. A área da Baixa é reconhecida historicamente como alagadiça devido às águas das marés, mas também devido às torrentes que desciam pelas encostas e vales a Norte, havendo registos de violentas inundações em Época Medieval e Moderna que se tentaram resolver através de pontes e encanamentos, sendo o registo mais antigo referido em 1181 para o Regueirão de Arroios (Azevedo, 1899/1900, p. 221). As caracterizações geológicas já realizadas na área da Baixa permitiram, em termos sintéticos, aferir que há 3200 anos antes do Presente existia uma praia estuarina com uma situação de colmatção natural já muito acentuada e, sequencialmente, uma unidade de topo, formada quase exclusivamente por materiais relacionados com a atividade humana não anteriores à Época Romana (Almeida, 2004, p. 156). A instalação do circo, provavelmente a partir de meados/ finais do século I d.C. (Silva, 2012, p. 203), da via, da necrópole e de toda a área ocupada pelas unidades de produção em terrenos arenosos e pantanosos, apenas seria possível através de um plano prévio de aterros e de controlo das linhas de água a montante. Um dos vestígios relacionados com os aterros antigos na parte baixa foi reconhecido numa obra

realizada, no primeiro quartel do século XX, entre as atuais Rua Augusta, Rua de Santa Justa e Rua dos Sapateiros. Neste local foi encontrada uma estrutura de drenagem, constituída por *tegulae* (telhas romanas) encaixadas em “v” invertido, instalada sobre a praia antiga e coberta com 8 m de espessura de argila compactada (Silva, 1922, p. 183). Também nas escavações do edifício sede do Banco de Portugal, pese embora a interpretação realizada no terreno como tratando-se de níveis de aluvião sobre um extenso areal (Rocha, 2013, p. 1012), a colmatação de Época Romana apresenta características de aterro programado numa área já muito próxima da colina de São Francisco. Este tipo de aterros programados, por vezes com objetivos urbanísticos e realizados com materiais grosseiramente triados e calibrados, não são inéditos no registo arqueológico da cidade, tendo sido identificados, embora com características distintas, numa colmatação também de carácter urbanístico na meia encosta entre o teatro e as Termas dos Cássios (Mota *et al.*, 2016/2017, p. 198). Por outro lado, a colmatação antrópica nesta área do Banco de Portugal, certamente exterior ao limite Ocidental da cidade, deverá ser apreciada no conjunto de outros três vestígios identificados nas imediações, ficando aqui de fora a presumível *Domus* (residência) suburbana descoberta na Rua Vítor Cordon (Valongo e Pimenta, 2017, p. 117), e que em Época Romana se encontrariam em área correspondente à margem direita do esteiro: os precários vestígios de muros romanos registados no Largo da Boa-Hora (agradecemos a informação à arqueóloga Alexandra Krus); a estrutura de carácter habitacional ou oficinal escavada na atual Rua do Ouro, 133-145, para a qual foi deduzida uma data de construção dentro do século II d.C. e abandono entre os finais do século III/ inícios do século IV d.C. (Silva e Valongo, 2017, p. 133); a robusta estrutura de 8,24 m de espessura, com talude para Oeste, identificada em 1859 na Rua da Conceição, defronte da Rua dos Sapateiros (Andrade,

[1859] 1963, p. II). Com uma orientação NE-SO, provavelmente similar à do criptopórtico e à das estruturas do NARC, de entre as quais se conta uma via secundária lajeada que deverá corresponder a um capilar portuário — dificilmente a uma ponte em área tão próxima da margem do rio -, apresenta-se como um claro limite que poderá estar relacionado com o perímetro da cidade romana, deixando no exterior os demais vestígios encontrados no Banco de Portugal e Rua do Ouro.

Para além dos aterros programados, o controlo das linhas de água seria essencial, sob pena de toda a parte Baixa ficar exposta às enxurradas constantes. O circo, instalado sobre a linha de água de Valverde, estaria particularmente exposto. De acordo com a hipótese já anteriormente preconizada (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 332), esta localização levaria certamente à execução de um plano prévio de obras a montante que poderia passar por soluções de encanamento ou de represa, entre outras, sendo natural que se utilizassem técnicas térreas típicas dos sistemas de regadio que são muitas vezes impercetíveis no registo arqueológico (Morales Gil, 1992, p. 16). A este propósito, refira-se as descobertas dos vestígios da *pars fructuaria* (parte produtiva e de armazenagem) de uma *villae* romana, no Convento de Santa Joana (Rua de Santa Marta), aparentemente associados aos vestígios de uma provável albufeira de barragem ou represa (agradecemos a informação do arqueólogo Artur Rocha). Num cenário plausível, esta, de várias possíveis estruturas hidráulicas a montante, poderia cumprir uma função de contenção para abastecimento, controlando os caudais, e, simultaneamente, integrar o sistema gravítico de abastecimento de água à cidade.

Importa verificar que, após a desativação do equipamento, os níveis de colmatação sobre os vestígios do circo, cuja data de abandono não é clara, eram compostos por depósitos argilosos talvez resultantes das enxurradas cíclicas (Sepúlveda *et al.*, 2002, p. 204). Esta constatação

estratigráfica, em níveis isentos de material arqueológico, poderá demonstrar que após o abandono do equipamento público, também se terá descurado o sistema que o servia, voltando as linhas de água aos seus débitos naturais não controlados. Qualquer que tenha sido a solução encontrada, a ocupação da parte baixa da cidade, sobretudo a área da margem do esteiro, teve necessariamente de ser preparada para a instalação das estruturas e equipamentos.

O circo romano de Lisboa apresenta-se também como um claro exemplo da notável continuidade formal entre a cidade romana e a cidade medieval, tendo as provavelmente notáveis ruínas deste antigo edifício romano sido suficientes para, e apesar dos elevados níveis de colmatação, em grande medida determinar a configuração espacial da praça medieval do Rossio, sua herdeira. Esta proximidade entre as formas urbanas da cidade romana e as da cidade medieval evidentes no circo, bem como noutros locais, contribuíram para a hipótese de a origem da peculiar configuração semicircular de uma parte do tecido urbano de Alfama resultar da apropriação das ruínas do anfiteatro romano de *Felicitas Iulia Olisipo*. Ainda que os indícios sejam ténues, é possível através dos mesmos construir uma hipótese coerente sobre a implantação do anfiteatro (Martins, 2014, p. 167). O hipotético edifício teria uma dimensão média, apresentando uma implantação semelhante a outros anfiteatros peninsulares construídos sobre locais com uma topografia acentuada, como nos casos dos anfiteatros de Mérida ou Condeixa-a-Velha. Estes locais permitiriam apoiar parte das bancadas (*caveæ*) sobre o terreno, sendo, no caso de Lisboa, a outra parte suportada através de fortes muros e arcadas, posteriormente desmanteladas para reaproveitamento da sua silharia noutras construções, eventualmente em troços de muralha próximos como o que se contempla na Rua Norberto de Araújo (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 333). Teriam contudo subsistido elementos

suficientes para influenciar a forma do tecido urbano que se sobrepôs aos vestígios do anfiteatro, e que se mantêm na atualidade.

O tecido urbano de Alfama destaca-se em Lisboa pelo pouco impacto que a reconstrução pombalina terá tido, mantendo em grande medida as formas medievais que se sobrepuseram diretamente à cidade Imperial e Tardia. Esta continuidade permitiu a construção de hipóteses tais como a do anfiteatro em Alfama. Contudo é também possível encontrar no atual tecido urbano na encosta do castelo um conjunto de alinhamentos que indicam uma continuidade entre a cidade Romana, Tardia, Medieval e até mesmo, em algumas áreas, Pombalina. Estes alinhamentos sugerem a existência de uma matriz ortogonal onde se pode encontrar uma métrica rigorosa (Silva, 2005, p. 24) que, tal como noutras cidades romanas, estruturaria o urbanismo. Contudo quando esta matriz é confrontada com a grande quantidade de pequenos fragmentos de estruturas já recuperados arqueologicamente, bem como com a cartografia existente pré-reconstrução pombalina torna-se aparente uma outra imagem urbana. Se a preposição de partida assumia a existência de um urbanismo romano ortogonal posteriormente apropriado e deformado pelo urbanismo medieval, tal como inúmeras cidades com origem romana e grega desde a Síria à Grã-Bretanha, na verdade a comparação entre a planimetria arqueológica dos vestígios romanos e a cartografia pré-pombalina permitiu verificar que os alinhamentos destas estruturas se encontram mais próximos dos existentes na cidade medieval e pré-pombalina que da hipotética matriz ortogonal romana. Começa assim a transparecer com cada vez maior clareza a imagem de uma cidade construída segundo o modelo ortogonal romano mas sem o rigor existente, por exemplo, nas cidades coloniais fundadas de raiz (*ex nihilo*), em que o tecido urbano apresentaria uma composição ligeiramente irregular ou “conformada”, talvez

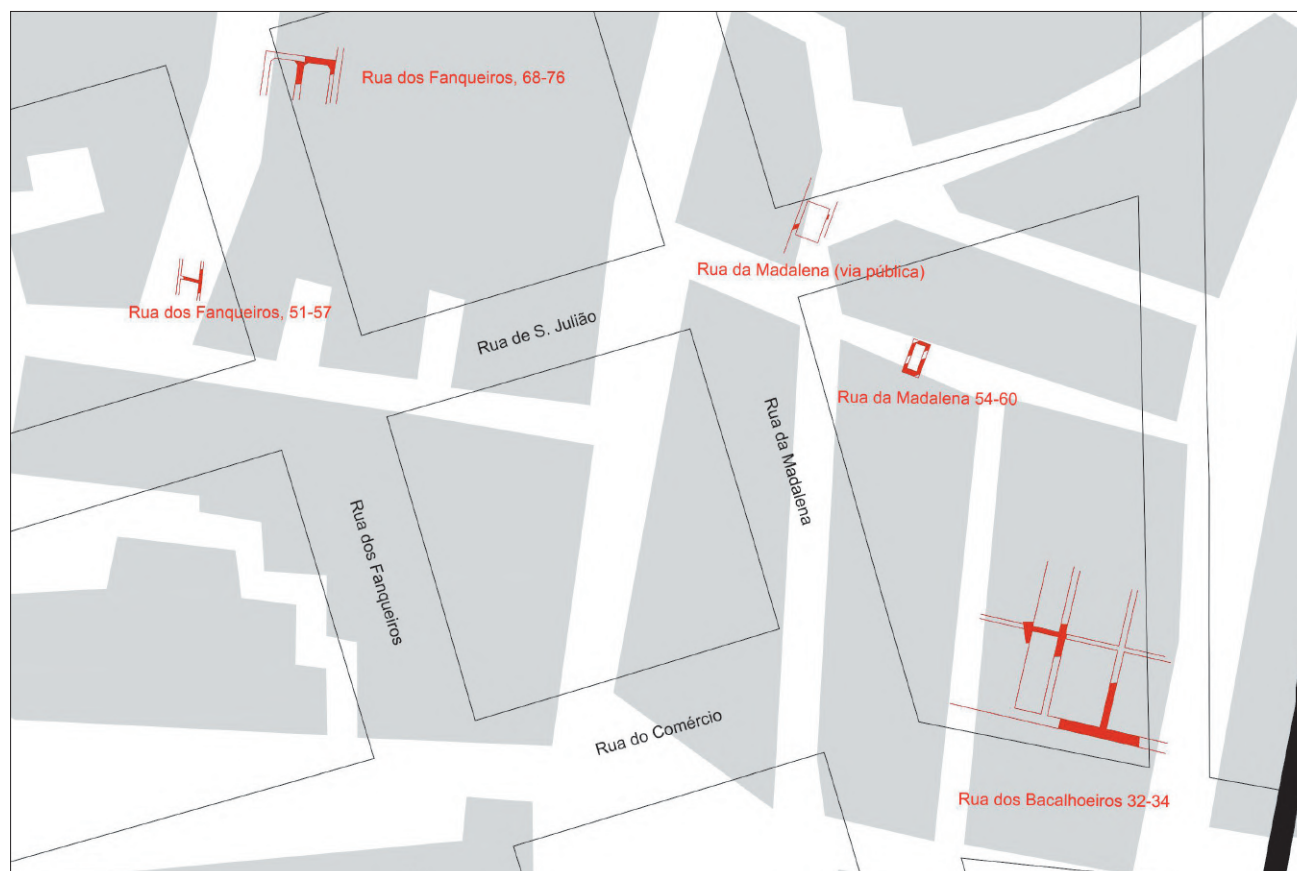


FIG. 6

Pormenor da planta pré e pós terramoto na zona Oriental da Baixa Pombalina com o alinhamento das estruturas romanas conhecidas com o urbanismo medieval na Rua dos Fanqueiros, 51-57; Rua dos Fanqueiros, 68-76; Rua da Madalena (via pública); Rua da Madalena, 54-60; Rua dos Bacalhoiros, 32-34 (© FormaUrbis LAB | CIAUD | FAUL | Pedro Vasco Martins 2019).

a condicionantes topográficas ou ao ajuste a estruturas pré-existentes com origem na cidade Republicana ou mesmo anteriores. Há exemplos claros deste fenómeno na comparação dos alinhamentos existentes nos diversos tanques de cetárias recuperados na Baixa ou mesmo no peculiar desajuste existente entre a orientação do teatro romano e a via imediatamente abaixo no claustro da Sé (FIG. 6).

Em contraste com a irregularidade do restante tecido, o alinhamento da frente portuária da cidade com início a Oriente na Casa dos Bicos e término a Ocidente no criptóportico das termas portuárias aparece com notável rigor ao longo dos 350 m que medeiam estes dois pontos, um sinal de uma provável operação pensada e construída num único momento, de consolidação ou avanço da margem da cidade sobre o rio.

Na Antiguidade Tardia, uma longa fase que se estende desde os finais do século II d.C. ao VII d.C., a cidade imperial de *Felicitas Iulia Olisipo*, a par de uma extraordinária mas contínua dinâmica económica e comercial, entrará em decadência urbana e arquitetónica, fenómeno rastreável na desmonumentalização e desativação de espaços e equipamentos públicos pagãos. Logo na viragem do século II para o século III d.C., regista-se uma perturbação nos fluxos de exportação de preparados piscícolas, uma contração económica, seguida de uma florescente retoma ao longo da centúria seguinte (Fabião, 2009a, p. 571). Neste quadro económico assiste-se, a partir do século III d.C., a remodelações e transformações nos espaços fabris, integradas numa segunda fase de laboração, ilustradas, a título de exemplo, no caso dos vestígios do NARC, pela

desativação de cetárias e áreas de armazenagem para a instalação de um balneário associado a uma habitação (Bugalhão, 2001, p. 66) ou na reorganização do espaço da unidade de produção escavada no interior da Casa dos Bicos (Filipe *et al.*, 2016, p. 431). Embora não se possa generalizar a todo o território nacional, considerando outras cronologias de laboração no século VI d.C. (Fabião, 2009b, p. 29), o abandono destes equipamentos em *Olisipo* parece ter decorrido no século V d.C.. No NARC constatou-se a continuidade da ocupação do espaço, embora já não associado às cetárias, nos finais do século V d.C. e na centúria seguinte (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013, p. 851). Na área adjacente, também os vestígios das estruturas relacionadas com o cripto-pórtico, que se sabe agora terem pertencido às termas portuárias, construídas em meados do século I d.C., revelaram terem sido desmanteladas nos finais do século IV/ inícios do século V d.C. (Mota e Martins, 2018, p. 86). Estas áreas agora abandonadas voltariam a ser exteriores à cidade e ao uso sepulcral, fenómeno não datado atestado num tanque abandonado do NARC (Bugalhão, 2001, p. 161), em locais como o cruzamento da Rua de São Nicolau com a Rua dos Douradores, onde foram identificados três enterramentos, datáveis do século VI d.C., eventualmente associados a um templo cristão (Casimiro e Silva, 2013, p. 862) e, no lado Oriental da cidade, uma sepultura instalada nas termas abandonadas da Adiça (Silva e Santos, 2017, p. 249), exterior a uma expectável porta da muralha tardia, e no pátio da FRESS, numa área próxima às medievais Portas do Sol, uma outra sepultura do século III d.C. (Guerra, 2006, p. 277) (FIG. 7).

De uma forma geral, entre os finais do século III e os inícios do século V d.C., ocorreram vários fenómenos urbanísticos que transformaram a cidade. O mais evidente e estruturante foi a construção da muralha tardia, uma robusta estrutura normalmente com 5 m de espessura, que terá retraído o espaço urbano.

A questão torna-se mais complexa quando se tenta compreender quando foi edificada esta estrutura que tradicionalmente se pretende colocar nos finais do século III/inícios do século IV d.C.. O declínio da cidade poderá ter começado logo nos finais do século III d.C., conforme sugere o fenómeno de desmantelamento dos monumentos funerários da necrópole que ladeava a via Norte de saída da cidade, detetada na atual Praça da Figueira, para aproveitamento de pedra noutras construções, provavelmente numa muralha defensiva (Silva, 2012, p. 399). Nos vários locais onde se identificaram os seus vestígios, foram aferidas datas divergentes. Na Casa dos Bicos e no Pátio da Senhora da Murça/ Rua de São João da Praça foi datada nos inícios do século IV d.C. (De Man, 2008, p. 287). Nos antigos Armazéns Sommer, entre o século IV e o século V d.C. (Gaspar e Gomes, 2007, p. 694), assim como na Rua Norberto de Araújo (Mota, Carvalhinhos e Miranda, 2018, p. 505). No Arco de Jesus, local onde a muralha desenha uma inflexão sugestiva em relação à praia antiga, foi também identificada uma porta da muralha tardia (Leitão, 2014, p. 73), sem que se tenha conseguido obter data para a sua construção, embora deva estar cronologicamente associada à muralha contígua que se desenvolve no interior dos antigos Armazéns Sommer. A interpretação cronológica e funcional destes fenómenos de amuralhamento tardios é discutível, tornando-se necessária, como para tantos outros casos em Lisboa, a obtenção de mais informação arqueológica. Não obstante, tentou-se já encontrar noutros locais uma lógica para este fenómeno de finais do século III/ inícios do século IV d.C. na estratégia imperial de arrecadação e transporte da *annona militaris* (imposto em bens alimentares para o exército romano), aparentemente perceptível nas cidades do Norte e Noroeste Peninsular (Fernández Ochoa, Morillo e Salido Domínguez, 2011, p. 266). Esta visão não é consensual, uma vez que esta estratégia imperial não terá sido global, tendo

a Hispânia escassa importância neste sistema e total ausência a isso referente nas fontes documentais disponíveis (Arce, 2011, p. 294). Por outro lado, a iniciativa local terá tido um papel importante neste processo, atendendo-se às leis que continuamente exigiam reparações e adornos das muralhas, procurando a recuperação do *splendor civitas* (Arce, 2011, p. 295). Nesta ordem de ideias, a que se poderia associar no caso olisiponense o já referido reflorescimento económico ocorrido ao longo do século IV d.C., importa notar que foi comemorada em 336 d.C. a reconstrução ou renovação de um dos equipamentos públicos da cidade, as Termas dos Cássios. O fenómeno dos finais do século IV/inícios do século V d.C., um período de atividade edilícia de carácter defensivo, poderá relacionar-se com a rotura da fronteira renana e com as invasões iminentes (Fernández Ochoa, Morillo e Salido Domínguez, 2011, p. 269). Este contexto de amuralhamento poderia também integrar-se num período pós-romano, do tipo emeritense, à semelhança do que ocorreu na capital provincial (De Man, 2008, p. 291).

A retração do perímetro muralhado e a redefinição do uso dos edifícios e espaços urbanos, a partir do século IV, com evidente expressão no século V d.C., pode não ter significado a decadência da cidade. Mas teve certamente consequências urbanísticas diretas. A este respeito detetou-se arqueologicamente a privatização e compartimentação de espaços públicos, como nas bancadas do teatro (Diogo, 1999, p. 87), nas vias públicas descobertas no claustro da Sé (Amaro, 1995, p. 340) e nos antigos Armazéns Sommer (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 234) ou nas Termas dos Cássios (Silva, 2012, p. 280), a título de exemplo, fenómeno que pode, eventualmente, ser explicado pela pressão urbana, mas também certamente pela imposição do cristianismo ao paganismo, ao longo do século IV d.C., que haveria de culminar com as destruições massivas de templos, estátuas e outros equipamentos públicos no final da centúria, no tempo de Teodósio (Maraval,

1997, p. 40). Os acontecimentos mais fraturantes da época, como a divisão do império entre Ocidental e Oriental, em 395 d.C., a primeira incursão alana, em 409-411 d.C., o domínio suevo da cidade, em 469 d.C., e, poucos anos depois, a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., marcaram certamente a vida urbana mas não a erradicaram. Paralelamente, a conjuntura económica foi positiva, rastreando-se uma dinâmica visível nos ritmos de comércio do século V e VI d.C. com o Mediterrâneo Oriental (Fabião, 2009b, p. 33). Senão antes, pelo menos a partir de 569 d.C., em plena Época Visigótica, constata-se um período de aparente prosperidade durante o qual se terão erguido diversos edifícios religiosos na cidade que se chamava então *Olysi-pona*, talvez até um templo no local onde no século XII se viria a construir a Sé Catedral, a julgar por um dos elementos pétreos integrados na sua parede (Alarcão, 1994, p. 63). Apesar de todos os elementos arquitetónicos e artísticos de edifícios religiosos desta época se encontrarem descontextualizados, o estudo do conjunto existente, apoiado em evidências arqueológicas circunstanciais, indicia programas construtivos com expressão, como a igreja que poderá também ter existido na meia encosta entre o teatro e as Termas dos Cássios, na atual Rua de São Mamede (Fernandes e Fernandes, 2014, p. 239).

A partir de 713 d.C., o domínio islâmico traria uma nova orgânica ao urbanismo da cidade tardia, adaptando-a às novas exigências monumentais e da encenação de poder. Entre a continuidade e a rutura, certo é que continuamos a perscrutar o urbanismo medieval inaugurado neste período em busca dos traços que desenharam *Felicitas Iulia Olisipo*.

Considerações finais

O conhecimento arqueológico sobre a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* é ainda insuficiente



FIG. 7

Aspeto hipotético de *Olysipona* e os vestígios referidos no texto: 1 – Largo de São Mamede; 2 – claustro da Sé Catedral; 3 – Pátio da Senhora da Murça; 4 – Rua da Adiça; 5 – Rua de São João da Praça; 6 – antigos Armazéns Sommer/ Eurostars Museum Hotel; 7 – Arco de Jesus; 8 – Casa dos Bicos; 9 – Rua dos Douradores; 10 – NARC; 11 – FRESS. Perímetro defensivo identificado - traço contínuo; Perímetro defensivo hipotético - traço descontinuo (© FormaUrbis LAB | CIAUD | FAUL | Pedro Vasco Martins 2019).

para obter uma visão urbana assente em pressupostos científicos obtidos através da pesquisa no terreno. Esboçar a síntese dos conhecimentos, ainda que de uma forma generalista e para um público alargado, continua a ser um exercício especulativo e de reflexão, subsistindo a partir de vários quadrantes a benéfica criação de cenários plausíveis de acordo com perspetivas diversas e consoante as abordagens ao tema.

Neste sentido, congregar a informação arqueológica existente pode tornar-se, se devidamente centralizada e disponibilizada institucionalmente, uma ferramenta de trabalho para todos os intervenientes, resultando num processo contínuo que procura ancorar-se nas descobertas de estruturas e contextos essenciais para a extrapolação

de outras possíveis realidades urbanísticas numa cidade tão profundamente afetada pelos inúmeros fenómenos de subtração de informação ao subsolo.

A resiliência dos traços, ou de alguns deles, permite simultaneamente complementar a visão arqueológica do urbanismo antigo através da recuperação de formas urbanas que resistem ao passar do tempo e da ação humana.

Em suma, a compreensão do urbanismo antigo, da cidade passada, está inevitavelmente dependente da futura investigação no terreno e da necessidade de construir modelos de síntese coerentes, com as poucas peças do enorme “puzzle” que existem à disposição, não esquecendo que também a sorte das descobertas fulcrais é um ingrediente fundamental neste processo.

Referências

Fontes Manuscritas

- _____. 1773 — *Memórias do Reinado de El rey Dom José*. MC/RES. 0144. Museu de Lisboa.
- _____. 1773 — *Planta dos subterraneos que se acharão abrindo-se o cano da Rua Argentea da cidade de Lisboa no mês de Maio de 1773 oferecida ao Exmº Sr. Bispo de Beja e tomada no dia 2 de Junho de 1773*. Plantas Arquitetónicas, Assuntos Portugueses, Pasta I, Plantas 1 a 4. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.
- Andrade, F. M. de (1859) — *Memória acerca d' uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa, acompanhada de nove desenhos coloridos tirados escrupulosamente sobre os próprios sítios, com a medição correspondente*. Coleção de Reservados, COD. 7619. Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Bem, D. T. C. (1790) — *Thermas ou Banhos Cassianos e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa*. Coleção de Reservados, COD. 104. Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Freitas, J. V. de (1859) — *Desenhos a que se refere a memória acerca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa e a Memória acerca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa, acompanhada de nove desenhos coloridos tirados escrupulosamente sobre os próprios sítios com medição correspondente*. Coleção de Iconografia, DES. A 8, cota antiga: Ms. II, n.º 162 a, I a VI. Biblioteca Nacional de Lisboa.
- São Lourenço, F. J. de (1780) — *Monumenta Selecta*. Coleção de Reservados, COD. Alcobaça, n.º 395. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Fontes Impressas

- Azevedo, L. M. de (1652) — *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em sanctidade, armas, & letras: catalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas, & politicas ate o anno 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El Rey D. Afonso Henriquez*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Estrabão (2016) — *Estrabão: Geografia. Livro III*. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Holanda, F. de (1571 [1984]) — *De fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lívio, T. (1993) — *Tito Lívio: História de Roma Ab Vrbe Condita – Livro 1*. Introdução, tradução e notas de Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito.
- Plínio-o-Velho (1995) — In Guerra, A. — *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- Res Gestæ Divi Augusti* (2007) — In Eck, W. — *The Age of Augustus*. Tradução de Sarolta A. Takács. Londres: Blackwell Publishing.
- Suetónio (1979) — *Suetónio: Os Doze Césares*. Tradução e notas de João Gaspar Simões, 3.ª ed.. Lisboa: Presença.
- Vitrúvio (2000) — *Marco Lucio Vitruvio Polión: Los diez libros de Arquitectura*. Tradução de José Luis Oliver Domingo. 2.ª Edição. Madrid: Alianza Editorial.
- Acero, J. (2018) — *La gestión de los residuos en Augusta Emerita: Siglos I a.C-VII d.C.*. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXXXII). Madrid: CSIC.
- Adam, J.-P. (1996) — *La construcción Romana: materiales y técnicas*. Leon: Editorial de los Oficios.
- Alarcão, J. (1988a) — *Roman Portugal*. II. Wiltshire/Westminster: Aries & Phillips.
- Alarcão, J. de (1988b) — *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, Lda.
- Alarcão, J. de (1994) — *Lisboa Romana e Visigótica*. In *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea. Lisboa Capital Europeia da Cultura '94*. Lisboa/Milão: Electa/Museu Nacional de Arqueologia, p. 58-63.
- Alarcão, J. de (2017) — *A Lusitânia e a Galécia: Do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Alarcão, J.; Étienne, R. (1977) — *Fouilles de Conimbriga. I. L'architecture*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- Almeida, D. F. (1962) — *Arte Visigótica em Portugal. O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série II. 4, p. 5-278.
- Almeida, D. F. de (1969) — *Sobre a barragem romana de Olisipo e seu aqueduto. O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série III. 3, p. 179-190.
- Almeida, D. F. (1973) — *As chamadas termas romanas da Rua da Prata. Monumentos e Edifícios Notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 1, p. 79-80.
- Almeida, I. M. de (2004) — *Caracterização geológica do Esteiro da Baixa. Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 21, p. 152-157.

Estudos

- Amaro, C. (1982) — Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos. 6, p. 96-111.
- Amaro, C. (1995) — Urbanismo tardo-romano no Claustro da Sé de Lisboa. In Gurt, J. M.; Tena, N., eds. — *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica/IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispànica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, p. 337-342.
- Amaro, C. (2002) — Percorso Arqueológico através da Casa dos Bicos. *De Olisipo a Lisboa. A Casa dos Bicos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 11-27.
- Amaro, C.; Manso, C. R.; Sepúlveda, E. (2013) — Complexo industrial romano de preparados de peixe da Baixa: sua abordagem a partir de dois novos equipamentos. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. — *Arqueologia em Portugal: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-2013)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 755-763.
- Andrade, F. M. ([1859] 1963) — Memória acerca dos banhos da Rua dos Fanqueiros em Lisboa (Termas Romanas). In Serpa, E., ed. — *Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Espeleologia. 2.^a Série. 6. I-1. 2.^o Semestre, p. 39-62.
- Arce, J. (2005) — Spain and the African Provinces in the Late Antiquity. In Bowes, K.; Kulikowski, M., eds. — *Hispania in Late Antiquity: Current Perspectives*. Brill Academic: Leiden/Boston, p. 341-361.
- Arce, J. (2009) — *El último siglo de la España romana: 284-409*. Edición actualizada y aumentada. Madrid: Alianza Editorial.
- Arce, J. (2011) — Horrea y aprovisionamento en Hispania (SS. IV-V). In Arce, J.; Goffaux, B., eds. — *Horrea d'Hispaniae et de la Méditerranée Romaine*. Madrid: Casa de Velásquez. 125, p. 287-297.
- Arce, J. (2017) — *Bárbaros y romanos en Hispania (400-507 A.D.)*. 3.^a Edição. Madrid: Marcial Pons Historia.
- Arruda, A. M. (2002) — *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)* (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6). Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Arruda, A. M. (2017) — A Idade do Ferro Orientalizante no vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. — *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica. Mérida (Badajoz), 3-4 de Diciembre de 2015* (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 283-294.
- Azevedo, P. A. de (1899/1900) — Do Areeiro à Mouraria: topografia histórica de Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série I. V, p. 212-224.
- Balanza, M.; Page, M.; Celdrán, J. (2015) — Las termas del Puerto de Carthago Nova: un complejo augusteo de larga perduración. In López Vilar, J., ed. — *Tarraco Biennal. 2^{on} Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic: August i les províncies occidentals 2000 aniversari de la mort d'August*. Tarragona, 26-29 de Novembre de 2014. Tarragona: Fundació Privada Mútua Catalana. 2, p. 15-22.
- Barros, A. A. S. (2014) — Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. *Cadernos do Arquivo Municipal*. [Em linha]. 2.^a Série. 1, p. 65-85. [Consult. 16 Jan. 2020]. Disponível em WWW: (URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fo-tos/editor2/Cadernos/num1/artigo04.pdf>).
- Bernal, D. (2005) — *Aquæ et Cetariæ* en Roma. Evidencias arqueológicas del suministro hídrico a las factorías salazoneras de la Bética. In López-Geta, J. A.; Rubio Campos, J. C.; Martín-Machuca, M., eds. — *VI Simposio del Agua en Andalucía (Sevilla, 2005)*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España. I, p. 1415-1432.
- Bernal, D.; Arévalo, A.; Díaz, J. J.; Lagóstena, J.; Vargas, J. M.; Lara, M.; Moreno, E.; Sáez, A. M.; Bustamante, M.; Expósito, J. A.; Muñoz, A. (2013) — Las Termas y el *Suburbium* Marítimo de Baelo Claudia. Avance de um recente descubrimiento. *Revista Onoba: revista de arqueología y antigüedad*. Huelva: Universidad de Huelva. 1, p. 115-152.
- Bernal, D.; Vargas, J. M. (2019) — El *Testaccio* haliéutico de Gades. In Bernal, D.; Vargas, J. M.; Lara, M., eds. — *7 metros de la historia de Cádiz... Arqueología en El Olivillo y en el Colegio Mayor Universitario*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 237-327.
- Blot, M. L. B. H. P. (2003) — *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal* (Trabalhos de Arqueologia; 28). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Bouet, A. (2000) — Les modèles thermaux et leur diffusion en Gaule. In Fernández Ochoa, C.; García Entero, V., eds. — *II Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón: Termas romanas en el Occidente del Imperio. Gijón, 1999* (Serie Patrimonio; 5). Gijón: VTP Editorial, p. 35-46.
- Bouet, A.; Saragoza, F. (2007) — *AMCENTAS URBIUM* et Évergétisme de l'eau: la Fontaine monumentale des thermes de Cluny à Lutèce. *Revue Archéologique*. Paris: Presses Universitaires de France. 1: 43, p. 3-64.
- Brassous, L. (2011) — Les enceintes urbaines tardives de la Péninsule Ibérique. In Schatzmann R.; Martin-Kilcher S., dirs. — *L'Empire romain en mutation: Répercussions sur les villes romaines dans la deuxième moitié du 3^e siècle*. Montagnac: Éditions Mergoïl, p. 275-299.
- Bugalhão, J. (2001) — *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros* (Trabalhos de Arqueologia; 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- Bugalhão, J.; Arruda, A. M.; Sousa, E.; Duarte, C. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 16, p. 243-275.
- Bugalhão, J.; Nunes, A.; Gomes, A. S.; Grilo, C.; Fernandes, L.; Fernandes, I.; Cachão, M.; Costa, A. M.; Freitas, M. da C.; Gabriel, S.; Currás, A. (no prelo) – Mosaico romano do NARC, Lisboa: estrutura construtiva, materiais e estratigrafia. *II Encontro de Arqueologia de Lisboa (22-24 de Março de 2018)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Bugalhão, J.; Teixeira, A. (2015) – Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. [Em linha]. 2.^a Série. 4, p. 89-122. [Consult. 16 Jan. 2020]. Disponível em WWW: (URL: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4/4_art4.pdf).
- Bustamante Álvarez, M.; Heras Mora, F. J. (2013) – Producción anfórica en *Augusta Emerita* (Mérida, Badajoz) y los nuevos hallazgos del solar de la Escuela de Hostelería. In Bernal, D.; Juan, L. C.; Bustamante, M.; Díaz, J. J.; Sáez, A. M., eds. – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania* (Monografías Ex Officina Hispana; 1). Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 331-345.
- Cabaço, N.; Sarrazola, A.; Silva, R. B. S.; Carvalho, L. M. de; Lourenço, M. (2017) – O espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. – *Arqueologia em Portugal: O estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1243-1254.
- Caessa, A.; Nozes, C.; Mota, N. (2018) – Uma mesquita no arrabalde Ocidental de *al-Usbuna*. In Andrade, A. A.; Tente, C.; Silva, G. M. da; Prata, S., eds. – *III Jornadas Internacionais de Idade Média: espaços e poderes na Europa Urbana Medieval. Castelo de Vide, 5 a 7 de Outubro de 2017* (Estudos; 18). Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide/Instituto de Estudos Medievais, p. 521-535.
- Campos, J. A. C. de (1985) – A propósito das muralhas antigas de Lisboa. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. XXXVI, p. 1-82.
- Cardoso, J. L.; Guerra, A.; Fabião, C. (2011) – Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In Cardoso, J. L.; Almagro-Gorbea, M., eds. – *Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina* (*Archaeologia Hispanica*; 1/ *Bibliotheca Archaeologica Hispana*; 37). Lisboa/Madrid: Academia Portuguesa da História/Real Academia de la Historia, p. 169-188.
- Carreras, C.; Morais, R., eds. (2010) – *The Western Roman Atlantic Façade: A Study of the Economy and Trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate* (BAR International Series; 2162). Oxford: Archeopress.
- Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço Oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia (Santa Maria Maior, Lisboa). In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. Lisboa, 26-28 de Novembro de 2015*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 298-337.
- Carvalho, P. C.; Matias, D. C.; Almeida, A. P. R.; Ribeiro, C. A.; Santos, F. P.; Silva, R. C. (2010) – Caminhando em redor do *forum* de *Aeminium* (Coimbra, Portugal). In Nogales Basarrate, T., ed. – *Ciudad y foro en Lusitania Romana/ Cidade e foro na Lusitânia Romana* (*Studia Lusitana*; 4). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 69-88.
- Carvalho, P. S. de; Cheney, A. (2007) – A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. In Rodríguez Colmenero, A.; Rodá Dellanza, I., eds. – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Museu Provincial, p. 729-745.
- Casimiro, S.; Silva, R. B. da (2013) – Enterramentos infantis tardo-antigos na Rua de São Nicolau. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. – *Arqueologia em Portugal: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-2013)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 859-863.
- Castelo-Branco, F. (1980) – *Breve história da Olisipografia* (Biblioteca Breve; 47). 2.^a Edição. Venda Nova-Amadora: Livraria Bertrand.
- Castilho, J. de ([1884] 1935) – *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. I. 2.^a Edição. Lisboa: Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.
- CIL II = Hubner (1869) e Hubner (1892).
- Croix, R. P. C. (1878) – *Découverte des themes romains de Poitiers*. Tours: Imprimerie Paulk Bouserez.
- Cunliffe, B. (2001) – *Facing the Ocean: The Atlantic and Its People. 8000 BC to AD 1500*. Oxford: Oxford University Press.
- Cunliffe, B. (2008) – *Europe between the Oceans: Themes and variations. 900 BC – AD 1000*. Yale/New Haven/ Londres: Yale University Press.
- Cunliffe, B. (2017) – *On the Ocean: The Mediterranean and the Atlantic from prehistory to AD 1500*. Oxford: Oxford University Press.
- De Man, A. (2011) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia* (*Studia Lusitana*; 6). Mérida: Museu Arqueológico de Arte Romana.
- Dias, M. I.; Prudêncio, M. I.; Gouveia, M. A.; Trindade, M. J.; Marques, R.; Franco, D.; Raposo, J.; Fabião, C.; Guerra, A. (2010) – Chemical tracers of Lusitanian amphorae kilns from the Tagus estuary (Portugal). *Journal of Archeological Science*. [Em linha]. 37: 4, p. 784-798. Disponível em WWW: (URL: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305440309004178>).

- Dias, M. I.; Trindade, M. J.; Fabião, C.; Sabrosa, A.; Bugalhão, J.; Raposo, J.; Guerra, A.; Duarte, A. L.; Prudêncio, M. I. (2012) — Arqueometria e o estudo das ânforas lusitanas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) e de centros produtores do Tejo. *Actas do IX Congresso Ibérico de Arqueometria (Lisboa, 2011). Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 19. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 57-70.
- Diogo, A. M. D. (1993) — O teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as actuais escavações. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Murcia: Universidad de Murcia. 2, p. 217-224.
- Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (1997) — Inscrição romana do Palácio dos Condes de Penafiel. *Ficheiro Epigráfico* (Suplemento de *Conímbriga*). Coimbra: Instituto de Arqueologia. 56, n.º 261.
- Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (1999) — Ânforas e *sigillatas* tardias (claras, focenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2: 2, p. 83-95.
- Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (2000) — Vestígios de uma unidade de transformação de pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3: 1, p. 181-204.
- Dupré, X.; Remolà, J. A. (2002) — A propósito de la gestión de los residuos urbanos en *Hispania*. *Romula*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide. 1, p. 39-56.
- Encarnação, J. (1973) — Criptopórtico romano no subsolo de Lisboa. *Jornal da Costa do Sol*. Cascais, 01-09-1073. 489, p. 4 e 6.
- Encarnação, J. D'; Leitão, M.; Leitão, V. (2015) — Inscrições de *Olisipo* identificadas na “Cerca Velha”. *Ficheiro Epigráfico* (Suplemento de *Conímbriga*). Coimbra: Instituto de Arqueologia. 131, Inscrições 548-551.
- Fabião, C. (1994) — O monumento romano da rua da Prata. In *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea: Lisboa Capital Europeia da Cultura '94*. Lisboa/Milão: Electa/Museu Nacional de Arqueologia, p. 67-69.
- Fabião, C. (2004) — Centros Oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In Bernal, D.; Lagóstena, L., eds. — *Figlinæ Bæticae. talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. *Actas del Congreso Internacional, Cádiz, 2003* (BAR International Series; 1266). Oxford: Archeopress. 1, p. 379-410.
- Fabião, C. (2006) — *A herança romana em Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- Fabião, C. (2009a) — Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 17, p. 555-594.
- Fabião, C. (2009b) — O Ocidente da Península Ibérica no Século VI: sobre um *Pentanummius* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património* [Em linha]. Lisboa: Era Arqueologia. 4, p. 25-50. [Consult. 14 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos/13-apontamentos-4-2009).
- Fabião, C. (2010) — Modelos forenses nas cidades da *Lusitania*: balanço e perspectiva. In Nogales Bassarrate, T., ed. — *Cidade e Foro na Lusitania Romana (Studia Lusitana; 4)*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, p. 343-359.
- Fabião, C. (2020) — O azeite da *Bætica* na *Lusitania*: reflexão sobre o actual estado dos conhecimentos a partir das marcas sobre ânforas Dressel 20 e 23. In Revilla Calvo, V.; Aguilera Martín, A.; Pons Pujol, L.; García Sánchez, M., eds. — *Ex Bætica Romam: Homenaje a José Remesal Rodríguez* (Col·lecció Homenatges; 58). Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 701-736.
- Faria, A. M. (1995) — Plínio-o-Velho e o estatuto das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel: Câmara Municipal. 4, p. 89-99.
- Faria, A. M. (1999) — Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2: 2, p. 29-50.
- Faria, A. M. (2001) — *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 4: 2, p. 351-362.
- Feijoo Martínez, S. (2006) — Las presas y el agua potable en época romana: dudas y certezas. In Moreno Gallo, I., coord. — *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana. III Congreso de las Obras Públicas Romanas (Astorga, 2006)*. Salamanca: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, p. 145-166.
- Fernandes, L. (2018) — O teatro romano de Lisboa e a utilização da água como recurso decorativo de encenação de poder. In Fernandes, L., coord. — *Aqva sobre Água*. Exposição temporária. Museu de Lisboa – Teatro Romano. Lisboa: EGEAC/Museu de Lisboa – Teatro Romano, p. 24-39.
- Fernandes, L.; Fernandes, P. A. (2014) — Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitetónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 17, p. 225-243.
- Fernandes, L.; Marques, A.; Filipe, V.; Calado, M. (2011) — A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em *Olisipo*: núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 14, p. 239-261.
- Fernández Ochoa, C. (1997) — *La muralla romana de Gijón (Asturias)*. Gijón: Electa.
- Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A. (2002) — Entre el prestigio y la defensa: la problemática estratégico-defensiva de las murallas tardorromanas en Hispania. *Anejos de Gladius*. Madrid: Ediciones Polifemo/CSIC. 5, p. 577-589.

- Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A. (2006) — Las puertas en las murallas urbanas en la Hispania tardorromana. In Shattner, T.; Valdéz, F., eds. — *Puertas de ciudades. Tipo arquitectónico y forma artística. Actas del coloquio en Toledo del 25 al 27 de Septiembre 2003*. Mainz/Rhein: Verlag Philipp von Zabern, p. 253-274.
- Fernández Ochoa, C.; Morillo, Á.; Salido Domínguez, J. (2011) — Ciudades amuralladas y *annona militaris* durante el Bajo Imperio en Hispania: una cuestión a debate. In Arce, J.; Goffaux, B., eds. — *Horrea d'Hispanie et de la Méditerranée romaine*. Madrid: Collection de la Casa de Velázquez, p. 265-285.
- Figueiredo, A. B. (1889) — As thermas romanas da Rua Bella da Rainha (vulgo Rua da Prata) em Lisboa. *Revista Archeologica*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. III, p. 23-35.
- Figueiredo, C. (2014) — *Relatório de Projecto de Arqueologia Virtual para o Documentário Fundeadouro Romano em Olisipo: reconstituição de Olisipo e de um Navio Romano do tipo Corbita*. [Em linha]. [S.l.]. [Consult. 19 Nov. 2019]. Disponível em: WWW: (URL: http://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio_de_projecto_de_Arqueologia_Virtual_para_o_document).
- Filipe, I. (2011) — *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Em linha]. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <http://hdl.handle.net/10451/6121>).
- Filipe, V. (2019) — *Olisipo, o grande porto romano da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Dissertação de Doutoramento no ramo da História, especialidade Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Em linha]. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <http://hdl.handle.net/10451/38619>).
- Filipe, V.; Calado, M. (2007) — Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama: evidências de estruturas termais junto da porta Nascente de Olisipo. *Al-Madan online. Adenda electrónica*. II Serie. 15, p. 55-64. [Em linha]. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW (URL: [http://www.almadan.publ.pt/AdendaElectronica%20\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/AdendaElectronica%20(geral).htm)).
- Filipe, V.; Leitão, M. (2014) — *Edifícios na Rua S. João da Praça e Mãe de Água do Chafariz d'el Rei – Alfama, Lisboa (empreitada nº 8/2002/GLACC). Relatório Final da Intervenção Arqueológica, Outubro de 2004 – Janeiro de 2005*. Arquivo Português de Arqueologia/Direcção-Geral do Património Cultural. Policopiado.
- Filipe, V.; Quaresma, J. C.; Leitão, M.; Almeida, R. R. (2016) — Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em Olisipo: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In Járrega, R.; Berni, P., eds. — *Amphoræ ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana (Tarragona, 10-13 de diciembre de 2014)* (Monografías Ex Officina Hispania; III). Tarragona: ICAC/SECAH, p. 423-455.
- Filipe, V.; Santos, R. (2017) — Um complexo termal romano na Rua da Adiça (Lisboa). In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 247-253.
- Fusco, A.; Mañas Romero, I. (2006) — *Mármoles de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Garcia, J. M. (1974-1975) — *Lisboa romana e visigótica (Separata de Olisipo – Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, n.º 137-138)*. Lisboa: Grupo “Amigos de Lisboa”.
- Gaspar, A.; Gomes, A. (2007) — As Murallas de Olisipo: troço junto ao Tejo. In Rodríguez Colmenero, A.; Rodá Dellanza, I., eds. - *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Museu Provincial, p. 685-698.
- Gaspar, A.; Gomes, A. (2017) — Os espaços públicos de época romana dos Armazéns Sommer. In *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Catálogo de exposição. Lisboa: Museu de Lisboa, p. 104-105.
- González Fernández, E.; Carreño Gascón, M.ª C. (2007) — Las puertas romanas de la muralla de Lugo: los datos arqueológicos. In Rodríguez Colmenero, A.; Rodá Dellanza, I., eds. - *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Museu Provincial, p. 257-280.
- Grilo, C. (2018) — As águas ocultas de Olisipo. In Fernandes, L., coord. — *Aqva sobre Água*. Exposição temporária. Museu de Lisboa – Teatro Romano. Lisboa: EGEAC/Museu de Lisboa – Teatro Romano, p. 6-23.
- Grilo, C.; Fabião, C.; Bugalhão, J. (2013) — Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. — *Arqueologia em Portugal: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-2013)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 849-857.
- Guerra, A. (2006) — Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de São Jorge. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural. 9: 2, p. 271-297.

- Hauschild, T. (1990) — Das Roemische Theater von Lissabon. Planaufnahme 1985-1988. *Madrid: Mitteilungen*. Madrid: Philipp von Zabern. 31, p. 348-392.
- Hauschild, T. (1994a) — O teatro romano de Lisboa. In *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea. Lisboa Capital Europeia da Cultura '94*. Lisboa/Milão: Electa/Museu Nacional de Arqueologia, p. 64-66.
- Hauschild, T. (1994b) — Murallas de Hispania en el contexto de las fortificaciones del área occidental del Imperio Romano. In Dupré X., coord. — *La ciutat en el món romà/ La ciudad en el mundo romano. Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica. Tarragona, 5 al 11-9-1993*. Madrid: CSIC. 1, p. 223-232.
- Heras, F. J.; Bustamante, M.; Olmedo, A. B. (2011) — El vertedero del suburbio norte de *Augusta Emerita*. Reflexión sobre la dinámica topográfica en el solar de la calle Almendralejo n.º 41. In Remolà, J.-A.; Acero, J., eds. — *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LX). Mérida: CSIC, p. 345-360.
- Hourcade, D.; Doulan, C.; Laüt, L.; Rocque, G.; Sicard, S. (2011) — À l'ouest d'*Augustoritum*, du nouveau sur Cassinomagus (Chassenon, Charente). *Siècles: Cahiers du Centre d'histoire «espaces et cultures»*. [Em linha]. Université Blaise-Pascal de Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal. 33-34, p. 1-16. [Consult. 2 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <http://siecles.revues.org/777>).
- Hubner, E., ed. (1869) — *Inscriptiones Hispaniae Latinae (Corpus Inscriptionum Latinarum; II)*. Berlim: Academiae Litterarum Regiae Borussiae.
- Hubner, E., ed. (1892) — *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum (Corpus Inscriptionum Latinarum; II)*. Berlim: Academiae Litterarum Regiae Borussiae.
- Lancaster, L. (2008) — Roman engineering and construction. In Oleson, J. P., ed. — *The Oxford Handbook of Engineering and Technology in the Classical World*. Oxford: University Press, p. 256-284.
- Leitão, M. (2014) — Muralhas de Lisboa. *Revista Rossio. Estudos de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 3, p. 66-79. [Consult. 21 Nov. 2019]. Disponível em WWW: (URL: https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/rossio_3_issuo).
- Leitão, M.; Leitão, V. (2016) — *Pátio da Sr.ª de Murça — PSM 07 (Rua de S. João da Praça, 18). Relatório da intervenção arqueológica*. Arquivo Português de Arqueologia/ Direcção-Geral do Património Cultural. Policopiado.
- Lemos, F. S. (2007) — A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*. In Rodríguez Colmenero, A.; Rodá Dellanza, I., eds. — *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Museu Provincial, p. 327-341.
- Le Roux, P. (2014) — *Os territórios romanos de Portugal no Alto Império/Les territoires romains du Portugal au Haut-Empire*. *Revista do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo* (Suplemento; 19). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Macias Solé, J. M., ed. (2004) — *Les Termes Publiques de L'àrea Portuària de Tàrraco, Carrer de Saint Miquel de Tarragona* (Sèrie Documenta; 2). Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Maciel, J. (1993-1994) — A propósito das chamadas conservas de água da Rua da Prata. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 32-33, p. 145-156.
- Maia, M. (1973) — Actividades da APOM. *Associação Portuguesa de Museologia — Informações*. Lisboa: APOM. 3, p. 4-8.
- Mañás Romero, I. (2008) — Canteras de Lusitania. Un análisis arqueológico. In Nogales Basarrate, T.; Beltrán Fortes, J., eds. — *Marmora hispana: explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana* (Hispania Antigua. Serie Arqueológica; 2). Roma: "L'Erma" di Bretschneider, p. 483-522.
- Mantas, V. G. (1976) — Notas acerca de três inscrições de *Olisipo*. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 15, p. 151-169.
- Mantas, V. G. S. (1990) — As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires* (Collection de la Maison de Pays Ibériques; 42). Paris: CNRS, p. 149-205.
- Mantas, V. G. S. (1999) — *Olisipo* e o Tejo. In *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, p. 15-41.
- Mantas, V. G. S. (2012) — A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios. In *Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 1, p. 7-23. Disponível em WWW: (URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/317>).
- Maraval, P. (1997) — *Le Christianisme de Constantin à la conquête arabe* (Nouvelle Clio: l'histoire et ses problèmes). Paris: PUF.
- Marques, J. A.; Sabrosa, V.; Santos, V. (1997) — Estrato romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série. 6, p. 166-167.
- Martins, F. J. R. (1909) — Lisboa subterrânea — as thermas romanas da Rua da Prata. *Ilustração Portuguesa. Jornal O Século*. Lisboa. 8, p. 481-488.
- Martins, P. V. (2014) — O Anfiteatro Romano de Lisboa: hipótese de localização através de uma leitura tipomorfológica do tecido urbano. *Revista Rossio. Estudos de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 4, p. 162-173. [Consult. 21 Nov. 2019]. Disponível em WWW: (URL: https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/rossio_4_issuo).

- Mascarenhas, J. M.; Bilou, F.; Neves, N. S. (2012) – O aqueduto romano de *Olisipo*: viabilidade ou utopia? Ensaio de traçado apoiado em modelação geográfica. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 43, p. 239-264.
- Miguez, J.; Sarrazola, A. (2017) – Rua de Santiago, Lisboa: tanques romanos na requalificação do edifício sito no n.º 10-14. In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 70-83.
- Miró i Ailax, C. (2014) – Las Termas Marítimas de la Colonia Barcino. In Álvarez Martínez, J. M.; Nogales Basarrate, T.; Rodà de Llanza, I., eds. – *Actas del XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica: Centro y periferia en el mundo clásico*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano. I, p. 879-882.
- Moita, I. (1970) – O Teatro Romano de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 124-125, p. 3-33.
- Moita, I. (1977) – *As termas romanas da Rua da Prata em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Moita, I., dir. (1990) – *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Moita, I. (1990) – O aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa. In *Catálogo da Exposição D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 9-66.
- Moita, I. (1994) – O domínio romano. In Moita, I., coord. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte/Lisboa 94, p. 35-68.
- Moita, I.; Leite, A. C. (1986) – Recuperar *Olisipo* a partir de Lisboa: possibilidades e limitações. *I Encontro de Arqueologia Urbana. Setúbal, 1985* (Trabalhos de Arqueologia; 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 55-67.
- Morales Gil, A. (1992) – Orígenes de los regadíos españoles: estado actual de una vieja polémica. In Gil de Olcina, A.; Morales Gil, A., eds. – *Hitos históricos de los regadíos españoles* (Estudios; 68). Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, p. 15-47.
- Moreno Gallo, I. (2016) – Roman Water Supply Systems. New Approach. In Wiplinger, G., ed. – *De aqueductu atque aqua urbium Lyciae Pamphyliæ Pisidiæ: The Legacy of Sextus Julius Frontinus* (BABesch Supplements; 27). Leuven: Peeters, p. 117-125.
- Morillo, A.; Fernández Ochoa, C.; Salido Domínguez, J. (2016) – *Hispania* and the Atlantic route in Roman times: new approaches to ports and trade. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 35: 3, p. 267-284.
- Mota, N.; Carvalhinhos, M.; Miranda, P. (2018) – A Cerca Velha de Lisboa da Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas. In Andrade, A. A.; Tente, C.; Silva, G. M. da; Prata, S., eds. – *Jornadas Internacionais de Idade Média: espaços e poderes na Europa Urbana Medieval. Castelo de Vide, 5 a 7 de Outubro de 2017* (Estudos; 18). Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide/Instituto de Estudos Medievais, p. 495-520.
- Mota, N.; Grilo, C.; Almeida, R. R. de; Filipe, V. (2016/2017) – Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de *Olisipo*. A intervenção arqueológica na Rua de São Mamede (via pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa. *Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 5, p. 149-206. [Consult. 14 Nov. 2019]. Disponível em WWW: (URL: https://issuu.com/cmvmfx/docs/cira_5).
- Mota, N.; Martins, P. V. (2018) – Criptopórtico Romano de Lisboa: arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar). In *Meios, vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 2). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Sociedade de Geografia de Lisboa, p. 78-101.
- Mota, N.; Pimenta, J.; Silva, R. B. da (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento, n.ºs 68-70. In *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 3, p. 149-177. [Consult. 14 Nov. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <https://issuu.com/cmvmfx/docs/cira3online>).
- Muralha, J.; Costa, C.; Calado, M. (2002) – Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª Série. 11, p. 245-246.
- Muralha, J.; Leitão, M. (1998) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na Praça do Município*. Processo S-11381. Arquivo Português de Arqueologia/Direcção-Geral do Património Cultural. Policopiado.
- Neto, N.; Rebelo, P.; Ávila, R.; Gomes, A.; Alexandra, G. (no prelo) – As Muralhas de Lisboa: O exemplo dos Antigos Armazéns Sommer. In *II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa.
- Oliveira, C. M. B. M. B. (2008) – *Memória das águas de Alfama*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. [Em linha]. Lisboa: Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Aberta. [Consult. 27 Jan. 2020]. Disponível em WWW: (URL: <http://hdl.handle.net/10400.2/688>).
- Parreira, J.; Macedo, M. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 747-754.
- Pimenta, J. (2007) – A importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (Séculos II-I a.C.). In Lágostena, L.; Bernal, D.; Arévalo, A., eds. – *Actas del Congreso Internacional Cetariæ. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad, Universidad de Cádiz, 7- 9 Noviembre de 2005* (BAR International Series; 1686). Oxford: Archeopress, p. 221-233.
- Pimenta, J. (2014) – Os contextos da conquista: *Olisipo* e *Decimo Jvnio Bruto*. In *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 3, p. 44-60 [Consult. 14 Nov. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <https://issuu.com/cmvmfx/docs/cira3online>).

- Pimenta, J.; Calado, M.; Leitão, M. (2005) — Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8: 2, p. 313-334.
- Pimenta, J.; Gaspar, A.; Gomes, A.; Mota, N.; Miranda, P. (2014) — O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (nº 16-20) — Lisboa. In *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 3, p. 122-148. [Consult. 18 Mar. 2016]. Disponível em WWW: (URL: <http://issuu.com/cmvmfx/docs/cira3online>).
- Pinheiro, H.; Santos, R.; Rebelo, P. (2017) — Contextos romanos identificados na Frente Ribeirinha de Lisboa. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. — *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1293-1304.
- Quaresma, J. C. (no prelo) — Late contexts from *Olisipo* (Lisbon, Portugal): Escadinhas De São Crispim. In *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard*. New Castle. 26-27th March 2014.
- Quaresma, J. C.; Silva, R. B.; Bettencourt, J.; Fonseca, C.; Sarrazola, A.; Carvalho, R. (2017) — As ânforas romanas da nova seda da EDP (Lisboa). In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. — *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1305-1311.
- Quintela, A. de C.; Cardoso, J. L.; Mascarenhas, J. M. (1987) — *Aproveitamentos hidráulicos romanos a Sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. [s.l.]: Ministério do Plano e da Administração do Território.
- Ramalho, E. C.; Lourenço, M. C. (2006) — As águas de Alfama – memórias do passado da cidade de Lisboa. *Revista da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos*. [Em linha]. 26, p. 101-112. [Consult. 27 Jan. 2020]. Disponível em WWW: (URL: <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/445/1/33608.pdf>).
- Pizzo, A. (2010) — *Las técnicas constructivas de la arquitectura pública de Augusta Emerita* (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LVI). Mérida: CSIC/ Instituto de Arqueología de Mérida.
- Prudêncio, M. I. (2005) — OREsT Project: late Roman pottery productions from the Lower Tejo. In Gurt i Esparraguera, J. M.; Buxeda i Garrigós, J.; Cau Ontiveros, M. A., eds. — *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry* (BAR International Series; 1340). Oxford: Archaeopress, p. 37-54.
- Prudêncio, M. I.; Dias, M. I.; Raposo, J.; Gouveia, M. A.; Fabião, C.; Guerra, A.; Bugalhão, J.; Duarte, A. L.; Sabrosa, A. (2003) — Chemical Characterisation of Amphorae from the Tagus and Sado Estuaries Production Centres (Portugal). In Di Pierro, S.; Serneels, V.; Maggetti, M., eds. — *Ceramic in the Society. Fribourg (Proceedings of the EMAC'01)*. Fribourg: University of Fribourg.
- Ribeiro, J. C. (1994a) — Breve nota acerca do criptopórtico de *Olisipo* e da possível localização do fórum corporativo. In *Encontro de Arqueologia Urbana. Braga, 1994. Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Braga: Câmara Municipal de Braga. XLV: 96 — 110, p. 191-200.
- Ribeiro, J. C. (1994b) — *Felicitas Iulia Olisipo* — Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-Madan. Especial Arqueologia na Região de Lisboa*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série. 3, p. 75-95.
- Ribeiro, J. C. (1994c) — Criptopórtico. In Santana, F.; Sucena, E., dirs. — *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados/Lisboa 94, p. 321-324.
- Ribeiro, J. C. (2019) — *Escrever Sobre a Margem do Oceanus: Epigrafia e Religio no Santuário do Sol Poente (Província Lusitania) (Sylloge Epigraphica Barcinonensis, Anexos; III)*. Barcelona/Galerada: Universidad de Barcelona.
- Ribeiro, O. (1986) — *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4.ª Edição. Lisboa: Sá da Costa.
- Ribeiro, R. A.; Neto, N.; Rebelo, P. (2017) — Os pavimentos romanos dos antigos Armazéns Sommer (campanha de 2014-2015). In *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Catálogo de exposição. Lisboa: Museu de Lisboa, p. 106-111.
- Ribeiro, R. A.; Neto, N.; Rebelo, P.; Rocha, M. (2017) — Dados preliminares de uma intervenção arqueológica nos antigos armazéns Sommer (2014-2015). Três mil anos de história da cidade de Lisboa. In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 223-245.
- Ribeiro, R. A.; Neto, N.; Rebelo, P. (2019) — As mil e uma cidades de Lisboa nos antigos Armazéns Sommer. *Revista Rossio. Estudos de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 8, p. 156-169. [Consult. 24 Nov. 2019]. Disponível em WWW: (URL: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/rossio_estudos_de_lisboa_n8).
- Rocha, A.; Reprezas, J.; Miguez, J.; Inocêncio, J. (2013) — Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C., eds. — *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1011-1018.
- Ruiz Bueno, M. D. (2018) — *Dinámicas topográficas urbanas en Hispania: El espacio intramuros entre los siglos II y VII d.C.*. Bari: Edipuglia.

- Rykwert, J. (2002) — *The idea of a town: The Anthropology of urban form in Rome, Italy and the Ancient World*. Princeton: Princeton University Press.
- Sabrosa, A. (2006) — O Complexo Mineiro de Vale de Gatos (Corroios Seixal). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série. 14, p. 53-59.
- Salvado, J. (1965) — Segredos que Lisboa guarda. *Diário de Notícias*. Lisboa. 06-07-1965. 35 683: 101, p. 2 e 15.
- Salvado, J. (1967) — Os romanos tomavam banho onde hoje é a Rua Augusta. *Flama. Diário de Notícias*. Lisboa: 24: 1012, p. 4-5.
- Salvado, S. (1994) — Lisboa. Evolução: período romano. In Santana, F.; Sucena, E., eds. — *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados/Lx94, p. 503-509.
- Sanchez, C.; Jézégou, M.-P., eds. (2016) — *Les ports dans l'espace méditerranéen antique. Narbonne et les systèmes portuaires fluvio-lagunaires* (Revue Archéologique de Narbonnaise; Supplément 44). Montpellier/Lattes: Éditions de l'Association de la Revue Archéologique de Narbonnaise.
- Sánchez-Palencia, J.; Currás, B. X. (2017) — Minería del oro y explotación del territorio en *Lusitania*: estado de la investigación. In Nogales, T., ed. — *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación*. Actas IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania (Museo Arqueológico Nacional, 29-30 septiembre 2016). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 393-415.
- Santos, A. B. (2015) — *A Terra Sigillata e a Cerâmica de Cozinha Africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <http://hdl.handle.net/10451/24534>).
- Sarrazola, A.; Simão, I. (2013) — *Relatório Final dos trabalhos arqueológicos na Rua da Madalena, 54-60 (Lisboa)*. ERA, Arqueologia. Processo S-34959. Arquivo Português de Arqueologia/Direcção-Geral do Património Cultural. Policopiado.
- S/ Autor (1937) — Os segredos do sub-solo de Lisboa. *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. 25 de Julho.
- Sepúlveda, E.; Amaro, C. (2007) — Casa dos Bicos 25 anos depois: marcas de oleiro em *terra sigillata*. *Al-Madan online. Adenda electrónica*. [Em linha]. II Série. 15, p. 45-53. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: [http://www.almadan.publ.pt/AdendaElectronica%20\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/AdendaElectronica%20(geral).htm)).
- Sepúlveda, E.; Gomes, N.; Silva, R. B. (2003) — Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/Rua de S. Nicolau (Lisboa), 1: a *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 6: 2, p. 401-414.
- Sepúlveda, E.; Vale, A.; Sousa, V.; Santos, V.; Guerreiro, N. (2002) — A cronologia do circo de *Olisipo*: a *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5: 2, p. 245-275.
- Sequeira, G. M. (1934a) — A excursão ao subsolo da Rua da Prata. *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. 24 de Agosto. 18 839, p. 1-2.
- Sequeira, G. M. (1934b) — Hoje às 10 horas inicia se a exploração das Conservas de Água da Rua da Prata. *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. 25 de Agosto. 18 840, p. 1 e 3.
- Sequeira, G. M. (1934c) — Os subterrâneos da Rua da Prata. *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. 26 de Agosto. 18 841, p. 1 e 7.
- Sequeira, G. M. (1934d) — O subsolo de Lisboa. *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. 27 de Agosto. 18 842, p. 1-2.
- Sequeira, G. M. (1934e) — Os segredos do subsolo lisboeta. *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia. 28 de Agosto. 18843, p. 1.
- Sequeira, G. M. (1967) — *Depois do terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. IV, p. 304-308.
- Silva, A. V. (1922) — Um tubo de drenagem romano encontrado numa escavação em Lisboa. *O Arqueólogo Português*. 1.^a Série. 25, p. 180-183.
- Silva, A. V. da (1934) — As termas romanas da Rua da Prata em Lisboa. *Anaes das Bibliotecas Museus e Arquivo Histórico Municipais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. IV: 13, p. 19-29 [reeditado em (1996) — *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. II, p. 309-320].
- Silva, A. V. da (1944) — *Epigrafia de Olisipo: Subsídios para o estudo da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, A. V. da (1987) — *A Cerca Moura de Lisboa*. 3.^a Edição. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, H.; Filipe, I. (2013) — *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Escadinhas de São Crispim, 3-3A. Escavação Arqueológica*. Lisboa. Processo S-34675. Arquivo Português de Arqueologia/Direcção-Geral do Património Cultural. Policopiado.
- Silva, R. B. (1997) — As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de *Olisipo*. *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)* (Monografias Arqueologia). Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, p. 193-205.
- Silva, R. B. (1999) — Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, p. 43-65.
- Silva, R. B. da (2002) — Sepulturas da Calçada do Garcia (Lisboa) e o urbanismo de *Olisipo*. In *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana. Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 193-205.

Silva, R. B. (2005) — *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. — séc. II d.C.)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <http://hdl.handle.net/1822/8130>).

Silva, R. B. (2011) — *Olisipo*. In Remolà, J.-A.; Acero, J., eds. — *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LX). Mérida: CSIC/ Instituto de Arqueología de Mérida, p. 203-212.

Silva, R. B. (2012) — *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade Arqueologia. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 27 Dez. 2019]. Disponível em WWW: (URL: <http://hdl.handle.net/10362/9472>).

Silva, R. B. da (2014) — Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. In *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 3, p. 178-199. [Consult. 18 Mar. 2016]. Disponível em WWW: (URL: <http://issuu.com/cmvmfx/docs/cira3online>).

Silva, R. B. (2018) — La “facies” cerámica de *Olisipo* (Lisboa) en el periodo julio-claudio: una primera aproximación a partir de contextos suburbanos seleccionados. In Ruiz Montes, P.; Peinado Espinosa, M.^a V.; Fernández García, M.^a I., eds. — *Estudios para la configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el Sur de la Península Ibérica* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 11). Oxford: Archeopress, p. 3-31.

Silva, R. B.; De Man, A. (2015) — Palácio dos Condes de Penafiel: A significant Late Antique context from Lisbon. In Gonçalves, M.^a J.; Gómez-Martínez, S., coords. — *Actas do X Congresso Internacional “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo”* (Silves – Mértola, 22 a 27 de outubro 2012). Silves: Câmara Municipal de Silves/ Campo Arqueológico de Mértola, p. 397-402.

Silva, R.; Santos, V. (2017) — As termas romanas às portas de Alfama. In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. Lisboa, 26 – 28 de Novembro de 2015*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 247-253.

Silva, R. B. da; Valongo, A. (2017) — A urbanística do Subúrbio Ocidental de *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa): um contributo da I.A.U. da Rua do Ouro, nº 133-145. *Cira Arqueologia*. [Em linha]. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 5, p. 116-148. Disponível em WWW: (URL: https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/document/file/1328/CIRA_5.pdf).

Vale, A.; Fernandes, L. (2017) — O Circo Romano de *Olisipo*: exemplos de revestimentos. In *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Catálogo de exposição. Lisboa: Museu de Lisboa, p. 124-127.

Valongo, A.; Pimenta, J. (2017) — Os achados arqueológicos. In *31 Cordão Lisboa. Um edifício com história*. Lisboa: Eon – Indústrias Criativas, p. 75-117.

Viegas, J. C. G.; Gonzalez, A. G. B. (1994) — Aqueduto romano da Amadora. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série. 3, p. 29-35.

Viegas, J. C. G.; Gonzalez, A. G. B. (1996) — *O aqueduto romano da Amadora* (Relatórios; 2). Amadora: Gabinete de Arqueologia Urbana da Amadora.

Recursos electrónicos

Amphorae ex Hispania. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica. Disponível em WWW: (URL: <http://amphorae.icac.cat/>)

Apontamentos de Arqueologia e Património. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica, Era Arqueologia. Disponível em WWW: (URL: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos/13-apontamentos-4-2009).

Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em WWW: (URL: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4/4_art4.pdf).

Cahiers du Centre d'Histoire «Espaces et Cultures». Clermont-Ferrand: Université Blaise-Pascal. Disponível em WWW: (URL: <http://siecles.revues.org/777>).

Cira Arqueologia. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Disponível em WWW: (URL: <https://issuu.com/cmvmfx/docs/cira3online>).

Ramppa — Indústria Conserveira na Antiguidade. Cádiz: Universidad de Cádiz. Disponível em WWW: (URL: <http://ramppa.uca.es/>).

Rossio. Estudos de Lisboa. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em WWW: (URL: https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/rossio_4_issuu).

Lista de Autores

ANA CAESSA

Centro de Arqueologia de Lisboa/
Câmara Municipal de Lisboa.
ana.caessa@cm-lisboa.pt

CARLOS FABIÃO

Uniarq: Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
cfabiao@campus.ul.pt

JESÚS ACERO PÉREZ

Uniarq: Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
alconetar@hotmail.com

MANUELA LEITÃO

Departamento de Património Cultural/
Câmara Municipal de Lisboa.
manuela.m.leitao@cm-lisboa.pt

NUNO MOTA

Centro de Arqueologia de Lisboa/
Câmara Municipal de Lisboa.
nuno.miguel.mota@cm-lisboa.pt

NUNO NETO

Neoépica Lda.
neoepica@gmail.com

PAULO REBELO

Neoépica Lda.
neoepica@gmail.com

PEDRO VASCO MARTINS

FormaUrbis LAB/CIAUD - Centro
de Investigação em Urbanismo
e Design/Faculdade de Arquitetura
da Universidade de Lisboa.
pedro.v.martins@campus.ul.pt

RICARDO RIBEIRO

Neoépica Lda.
neoepica@gmail.com

VASCO LEITÃO

Centro de Arqueologia de Lisboa/
Câmara Municipal de Lisboa.
vasco.leitao@cm-lisboa.pt

VICTOR FILIPE

Uniarq: Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
victor.filipe7@gmail.com

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA Catarina Vaz Pinto	de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas Lda.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Geopark/Naturtejo da Meseta Meridional; Geopark/UNESCO/Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Hotel Governador (Belém, Lisboa)/ NaulHotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património Lda.; Quinta de S. Sebastião. Arruda dos Vinhos Since 1755.; The 7 Hotel (Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade	de Serviços Financeiros e Investimentos Lda.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora/ Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento de História de Arte.
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Manuel Veiga		
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA Jorge Ramos de Carvalho		
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA António Marques		
COORDENAÇÃO GERAL Jorge Ramos de Carvalho		
GESTÃO DE PROJETO Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML António Marques – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Manuel Oleiro – EGEAC		
PARCEIROS DO PROJETO ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património Lda.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer; Camara Municipal de Almada; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal		

Livro

TÍTULO Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> A Morfologia Urbana	REVISÃO DO VOLUME Carlos Fabião - UNIARQ: CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA Ana Sofia Antunes - CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas - DPC/DMC/CML	TIRAGEM 1.500 exemplares
COORDENAÇÃO DO VOLUME Carlos Fabião - UNIARQ: CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML	EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
INVESTIGAÇÃO E AUTORIA Ana Caessa Carlos Fabião Jesús Acero Pérez Manuela Leitão Nuno Mota Nuno Neto Paulo Rebelo Pedro Vasco Martins Ricardo Ribeiro Vasco Leitão Victor Filipe	DESIGN GRÁFICO José Ribeiro	CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Telef.: (+351) 21 981 79 60 Fax: (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt
	ISBN 978-989-658-662-1	ENDEREÇO DE EMAIL DO PROJETO lisboaromana@cm-lisboa.pt
	DATA DE EDIÇÃO 2020	FACEBOOK: https://www.facebook.com/lisboaromanaLX/
	DEPÓSITO LEGAL 463308/19	INSTAGRAM https://instagram.com/lisboaromana
		TWITTER twitter.com/LisboaRomana